
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA WINDEPAR HOLDING S.A.

ENTRE

WINDEPAR HOLDING S.A.

na qualidade de Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

na qualidade de Agente Fiduciário

**ALUPAR INVESTIMENTO S.A., ENERGIA DOS VENTOS I S.A., ENERGIA DOS VENTOS II S.A.,
ENERGIA DOS VENTOS III S.A., ENERGIA DOS VENTOS IV S.A. e ENERGIA DOS VENTOS X
S.A.**

na qualidade de Garantidoras

DATADO DE

22 DE NOVEMBRO DE 2016



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA WINDEPAR HOLDING S.A.

Pelo presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Windepar Holding S.A." ("**Escritura de Emissão**");

- I. na qualidade de emissora das Debêntures (conforme definidas abaixo) objeto desta Escritura de Emissão:

WINDEPAR HOLDING S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 16º andar, conjunto 162, sala E, Vila Olímpia, CEP 04547-006, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 23.733.733/0001-30, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social ("**Emissora**");

- II. na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas (conforme definido abaixo):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social ("**Agente Fiduciário**"); e

- III. na qualidade de Garantidoras:

ALUPAR INVESTIMENTO S.A., sociedade por ações, com registro de emissor na CVM na categoria "A", com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 16º andar, conjunto 161, Sala A, Vila Olímpia, CEP 04547-006, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.364.948/0001-38, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social ("**Alupar**" ou "**Fiadora**");

ENERGIA DOS VENTOS I S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.321.064/0001-61, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social ("**EDV I**");

ENERGIA DOS VENTOS II S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua

Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala B, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.319.876/0001-72, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social ("EDV II");

ENERGIA DOS VENTOS III S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala C, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.321.146/0001-06, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social ("EDV III");

ENERGIA DOS VENTOS IV S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala D, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.320.903/0001-27, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social ("EDV IV"); e

ENERGIA DOS VENTOS X S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala E, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.253.350/0001-37, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("EDV X" e, em conjunto com EDV I, EDV II, EDV III e EDV IV, simplesmente "EDVs" e, as EDVs, em conjunto com a Fiadora, as "Garantidoras").

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, as Garantidoras designados, em conjunto, como "**Partes**" e, individual e indistintamente, como "**Parte**".

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura de Emissão, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - AUTORIZAÇÕES

1.1 Autorizações da Emissora

- 1.1.1 A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 21 de novembro de 2016 ("**AGE da Emissora**"), nos termos do Estatuto Social vigente da Emissora e do artigo 59, *caput*, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), na qual foi deliberada e aprovada, dentre outros: **(a)** a realização da Emissão e da Oferta (conforme definidos abaixo), bem como seus termos e condições; **(b)** a constituição e outorga, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 5.26.1 abaixo, do Penhor das Ações das EDVs e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora (conforme abaixo definida), bem como o seu compartilhamento entre os Debenturistas e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("**BNDES**"); e **(c)** a autorização à diretoria

da Emissora a adotar todos e quaisquer atos e a assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização das deliberações da AGE da Emissora, incluindo esta Escritura de Emissão e seus aditamentos, o Contrato de Penhor de Ações (conforme abaixo definido) e seus aditamentos, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme abaixo definido), bem como ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela diretoria da Emissora para a implementação da Oferta, da Emissão e da constituição das garantias necessárias.

- 1.1.2 A constituição e outorga do Penhor das Ações das EDVs e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora, em favor do BNDES, em decorrência do financiamento concedido pelo BNDES às EDVs, nos termos do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0778.1, celebrado em 11 de fevereiro de 2016, entre o BNDES, as EDVs, a Emissora e a Fiadora ("**Financiamento BNDES**" e "**Contrato do Financiamento BNDES**"), foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 14 de dezembro de 2015 ("**AGE da Emissora para Financiamento BNDES**" e, em conjunto com a AGE da Emissora, os "**Atos Societários da Emissora**").

1.2 Autorizações das Garantidoras

- 1.2.1 A constituição e outorga da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das EDVs (conforme abaixo definida), em favor do BNDES, em decorrência do Financiamento BNDES, nos termos do Contrato do Financiamento BNDES, foi realizada com base nas deliberações da (i) Reunião do Conselho de Administração da EDV I, realizada em 15 de dezembro de 2015 ("**RCA Constituição de Garantia EDV I**"); (ii) Reunião do Conselho de Administração da EDV II, realizada em 15 de dezembro de 2015 ("**RCA Constituição de Garantia EDV II**"); (iii) Reunião do Conselho de Administração da EDV III, realizada em 15 de dezembro de 2015 ("**RCA Constituição de Garantia EDV III**"); (iv) Reunião do Conselho de Administração da EDV IV, realizada em 15 de dezembro de 2015 ("**RCA Constituição de Garantia EDV IV**"); e (v) Reunião do Conselho de Administração da EDV X, realizada em 15 de dezembro de 2015 ("**RCA Constituição de Garantia EDV X**") e, em conjunto com a RCA Constituição de Garantia EDV I, a RCA Constituição de Garantia EDV II, a RCA Constituição de Garantia EDV III e a RCA Constituição de Garantia EDV IV, as "**RCAs de Constituição de Garantia EDVs**".
- 1.2.2 A outorga e o compartilhamento da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das EDVs em favor (a) do BNDES e (b) dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 5.26.1 abaixo e Cláusula 5.26.3 abaixo, a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, dentre outros, é realizado com base nas deliberações da (i) Reunião do Conselho de Administração da EDV I, realizada em 21 de novembro de 2016 ("**RCA Compartilhamento de Garantia EDV I**"); (ii) Reunião do Conselho de

Administração da EDV II, realizada em 21 de novembro de 2016 ("**RCA Compartilhamento de Garantia EDV II**"); (iii) Reunião do Conselho de Administração da EDV III, realizada em 21 de novembro de 2016 ("**RCA Compartilhamento de Garantia EDV III**"); (iv) Reunião do Conselho de Administração da EDV IV, realizada em 21 de novembro de 2016 ("**RCA Compartilhamento de Garantia EDV IV**"); e (v) Reunião do Conselho de Administração da EDV X, realizada em 21 de novembro de 2016 ("**RCA Compartilhamento de Garantia EDV X**") e, em conjunto com a RCA Compartilhamento de Garantia EDV I, a RCA Compartilhamento de Garantia EDV II, a RCA Compartilhamento de Garantia EDV III e a RCA Compartilhamento de Garantia EDV IV, as "**RCAs de Compartilhamento de Garantia das EDVs**" e estas, em conjunto com as RCAs de Constituição de Garantia EDVs, as "**RCAs das EDVs**").

- 1.2.3 A constituição e outorga (i) do Penhor das Ações da Emissora (conforme definida abaixo) em favor do BNDES, em decorrência do Financiamento BNDES, nos termos do Contrato do Financiamento BNDES; (ii) da Fiança (conforme definida abaixo) em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura de Emissão; (iii) o compartilhamento do Penhor das Ações da Emissora, em favor (a) do BNDES e (b) dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 5.26.3 abaixo; e (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor das Ações, são realizadas com base nos termos dos artigos 18 alínea (f) e 22, parágrafo 4º, do estatuto social da Fiadora.

CLÁUSULA SEGUNDA – REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória ("**Debêntures**"), em série única, de emissão da Emissora ("**Emissão**"), para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**"), e demais leis e regulamentações aplicáveis ("**Oferta**"), deverá observar os seguintes requisitos:

2.1 Arquivamento e Publicação dos Atos Societários da Emissora na JUCESP

- 2.1.1 Em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações: (i) a ata da AGE da Emissora para Financiamento BNDES foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o nº 67.771/16-6, em 11 de fevereiro de 2016 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico" ("**Jornais de Publicação**"); (ii) a ata da AGE da Emissora será arquivada na JUCESP e publicada nos Jornais de Publicação.
- 2.1.2 As atas dos atos societários da Emissora que pela lei são passíveis de serem arquivadas e publicadas e que, eventualmente, venham a ser realizados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivadas na JUCESP, bem como serão publicadas nos Jornais de Publicação, em

atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2 Arquivamento e Publicação dos Atos Societários das EDVs na JUCESP

- 2.2.1 As atas das RCAs de Constituição de Garantia EDVs foram arquivadas perante a JUCESP sob os seguintes números de arquivamento e publicadas nos Jornais de Publicação nas seguintes edições, conforme aplicável: **(i)** ata da RCA Constituição de Garantia EDV I, arquivada perante a JUCESP sob nº 579.415/15-6, em 30 de dezembro de 2015, e publicada nos Jornais de Publicação; **(ii)** ata da RCA Constituição de Garantia EDV II, arquivada perante a JUCESP sob nº 579.414/15-2, em 30 de dezembro de 2015, e publicada nos Jornais de Publicação; **(iii)** ata da RCA Constituição de Garantia EDV III, arquivada perante a JUCESP sob nº 579.061/15-2, em 29 de dezembro de 2015, e publicada nos Jornais de Publicação; **(iv)** ata da RCA Constituição de Garantia EDV IV, arquivada perante a JUCESP sob nº 579.416/15-0, em 30 de dezembro de 2015, e publicada nos Jornais de Publicação; e **(v)** ata da RCA Constituição de Garantia EDV X, arquivada perante a JUCESP sob nº 579.413/15-9, em 30 de dezembro de 2015, e publicada nos Jornais de Publicação.
- 2.2.2 As atas das RCAs de Compartilhamento de Garantia das EDVs serão arquivadas perante a JUCESP e publicadas nos Jornais de Publicação, em atendimento ao disposto no artigo 142, parágrafo 1º, e no artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3 Inscrição desta Escritura de Emissão e averbação de seus eventuais aditamentos na JUCESP

- 2.3.1 Esta Escritura de Emissão será inscrita e seus eventuais aditamentos serão averbados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da respectiva data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos arquivadas na JUCESP em até 7 (sete) Dias Úteis após a respectiva inscrição ou o respectivo averbamento.

2.4 Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

- 2.4.1 A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.385"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários, com esforços restritos, não sendo objeto de protocolo, registro e arquivamento perante a CVM, exceto pelo

envio da comunicação sobre o início e encerramento da Oferta à CVM, nos termos dos artigos 7º-A e 8º, respectivamente, da Instrução CVM 476.

- 2.4.2 A Oferta será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("**ANBIMA**"), pelo coordenador líder da Oferta, exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e do parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", estando referido registro condicionado a expedição, até a data de encerramento da Oferta, de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação.

2.5 Constituição e Registro da Fiança

- 2.5.1 Nos termos do artigo 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada ("**Lei nº 6.015/73**"), em virtude da Fiança avençada na Cláusula 5.27 abaixo, a Emissora deverá, de modo que seja observado o prazo previsto no artigo 131 da Lei nº 6.015/73, apresentar a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, para registro, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos (conforme abaixo definido) contados da data de assinatura da presente Escritura de Emissão ou de seus eventuais aditamentos, conforme o caso, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão, e de seus eventuais aditamentos, em até 7 (sete) Dias Úteis após os respectivos registros.

2.6 Constituição e Registro das Garantias Reais

- 2.6.1 As Garantias Reais (conforme definidas abaixo) serão formalizadas por meio dos Contratos de Garantias, os quais serão registrados, nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 129 a 131 da Lei n.º 6.015/73, em até 60 (sessenta) dias a contar da data de suas respectivas assinaturas, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos abaixo indicados:

- (i) do Contrato de Penhor de Ações, e qualquer aditivo subsequente, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado de do Rio de Janeiro; e
- (ii) do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme abaixo definido), Administração de Contas e Outras Avenças, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado de do Rio de Janeiro.

- 2.6.2 A Emissora, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da celebração do Contrato de Penhor de Ações, ou de qualquer aditamento feito a tais contratos, deverá (a) registrar e fazer com que as EDVs, registrem o Penhor de Ações da Emissora e o Penhor de Ações das EDVs, respectivamente, em seus respectivos "Livro de Registro de Ações Nominativas", nos termos do disposto no artigo 39, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (b) entregar ao Agente Fiduciário cópia autenticada da página dos respectivos livros atestando o cumprimento da formalidade estabelecida no subitem (a) acima, e que as Ações Empenhadas e os direitos delas decorrentes não se encontram sujeitos a quaisquer ônus e restrições, exceto pelo Penhor de Ações da Emissora e o Penhor de Ações das EDVs.
- 2.6.3 A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original dos Contratos de Garantias, e de seus eventuais aditamentos, em até 7 (sete) Dias Úteis após os respectivos registros.

2.7 Constituição e Registro do Compartilhamento de Garantias

- 2.7.1 O Compartilhamento de Garantias (conforme abaixo definido) será formalizado por meio da celebração do Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme abaixo definido), o qual será levado registrado, bem como qualquer aditivo subsequente, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, incluindo respectivos aditamentos, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos contados da data de celebração do documento, devendo ser fornecida ao Agente Fiduciário, dentro de até 7 (sete) Dias Úteis contados do registro, 1 (uma) via original do Contrato de Compartilhamento de Garantias devidamente registrada.

2.8 Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

- 2.8.1 As Debêntures serão depositadas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 2.8.2 Não obstante o disposto na Cláusula 2.8.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas, entre Investidores Qualificados (conforme definidos abaixo), nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definidos), conforme disposto nos artigos 15 e 13 da Instrução CVM 476, respectivamente, e depois de observado o cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM

476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.9 Enquadramento dos Projetos

- 2.9.1 As Debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("**Lei 12.431**"), do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011 ("**Decreto nº 7.603/11**"), da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("**CMN**") nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 ("**Resolução CMN nº 3.947/11**"), sendo a totalidade dos recursos captados na Emissão aplicados nos Projetos (conforme definido e descrito na Cláusula Quarta abaixo), tendo em vista o enquadramento dos Projetos como projetos prioritários pelo Ministério de Minas e Energia ("**MME**"), por meio das seguintes Portarias do MME: (i) 153, de 03 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União ("**DOU**") em 04 de maio de 2016; (ii) 152, de 03 de maio de 2016, publicada no DOU em 04 de maio de 2016; (iii) 139, de 29 de abril de 2016, publicada no DOU em 02 de maio de 2016; (iv) 140, de 29 de abril de 2016, publicada no DOU em 02 de maio de 2016; (v) 141, de 29 de abril de 2016, publicada no DOU em 02 de maio de 2016 (em conjunto, "**Portarias**").

CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto social a participação nas seguintes sociedades geradoras de energia elétrica através de centrais eólicas: (i) Energia dos Ventos I S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.321.064/0001-61, e JUCESP NIRE 35300475097; (ii) Energia dos Ventos II S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala B, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.319.876/0001-72, e JUCESP NIRE 35300475348; (iii) Energia dos Ventos III S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala C, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.321.146/0001-06, e JUCESP NIRE 35300475101; (iv) Energia dos Ventos IV S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala D, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.320.903/0001-27, e JUCESP NIRE 35300475356; (v) Energia dos Ventos X S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala E, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.253.350/0001-37, e JUCESP NIRE 35300475119; e a gestão e comercialização de bens próprios.

CLÁUSULA QUARTA - DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto Presidencial nº 7.603, de 09 de novembro de 2011, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("**CMN**") nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 ("**Resolução CMN 3.947**"), a totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão será utilizada exclusivamente

para pagamentos futuros ou reembolso de gastos relacionados à implantação das cinco centrais geradoras eólicas abaixo descritas, que formam o Complexo Eólico Energia dos Ventos, conforme abaixo detalhado:

Objetivo dos Projetos	Implantação das cinco centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico Energia dos Ventos: Goiabeira, Ubatuba, Santa Catarina, Pitombeira e Ventos de Horizonte e do respectivo sistema de transmissão associado (em conjunto, " Projetos ").
Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização dos Projetos	Os custos totais de investimento nos Projetos estão estimados em aproximadamente R\$485.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de reais).
Valor das Debêntures que será destinado aos Projetos	O Valor Total da Emissão.
Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures	Os recursos a serem captados pelas Debêntures deverão ser utilizados para pagamento futuro e/ou o reembolso dos custos de implantação dos Projetos.
Percentual dos recursos financeiros necessários ao projeto provenientes das Debêntures	As Debêntures representam aproximadamente 14% (quatorze por cento) dos usos totais estimados dos Projetos observado, contudo, o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , conforme definido abaixo, nos termos da Cláusula 5.4.1 abaixo).

- 4.2 Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Cláusula 4.1 acima, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta será responsável pela multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão não alocado nos Projetos, observado os termos do artigo 2º parágrafos 5º, 6º e 7º da Lei 12.431, sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.1.2(q) abaixo.
- 4.3 Os recursos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão transferidos às EDVs para a consequente realização dos Projetos.

CLÁUSULA QUINTA - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO, DAS DEBÊNTURES E DA OFERTA

5.1 Número da Emissão

5.1.1 A presente Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

5.2 Data de Emissão

5.2.1 Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures é o dia 15 de dezembro de 2016 ("**Data de Emissão**").

5.3 Número de Séries

5.3.1 A Emissão será realizada em série única.

5.4 Valor Total da Emissão

5.4.1 O valor total da Emissão é de até R\$67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais), na Data de Emissão, podendo haver redução do volume dependendo da definição dos Juros Remuneratórios (conforme definidos abaixo), a ser apurado no Procedimento de *Bookbuilding* ("**Valor Total da Emissão**"), de modo que o Valor Total da Emissão poderá ser ajustado, por meio de aditamento à presente Escritura de Emissão, considerando o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, observada a tabela abaixo:

Juros Remuneratórios (conforme Procedimento de <i>Bookbuilding</i>)	Quantidade de Debêntures	Valor Total da Emissão
Até IPC-A + 8,5% a.a. (inclusive)	67.500	R\$67,5 milhões
Acima de IPCA + 8,5% a.a. até IPCA + 9,0% a.a. (inclusive)	65.200	R\$65,2 milhões
Acima de IPCA + 9,0% a.a. até IPCA + 9,5% a.a. (inclusive)	62.700	R\$62,7 milhões
Acima de IPCA + 9,5% a.a. até IPCA + 10,0% a.a (inclusive)	60.500	R\$60,5 milhões

5.5 Colocação e Procedimento de Distribuição

5.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação para até 67.500 (sessenta e sete mil e quinhentas) Debêntures, correspondente a até R\$67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais), tendo em vista que o montante final da Oferta dependerá dos Juros Remuneratórios definidos em Procedimento de *Bookbuilding*, conforme as Cláusulas 5.4.1 acima e 5.5.5 abaixo. A intermediação da Oferta será feita pelo Banco BTG Pactual S.A. ("**Coordenador Líder**"), por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, nos termos do "Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com

Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Windepar Holding S.A." a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("**Contrato de Distribuição**").

5.5.2 O plano de distribuição será organizado pelo Coordenador Líder e seguirá os procedimentos descritos na Instrução CVM 476 e no Contrato de Distribuição, tendo como público alvo exclusivamente Investidores Profissionais (conforme abaixo definidos) ("**Plano de Distribuição**"). O Plano de Distribuição será estabelecido mediante os seguintes termos:

- (I) o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais;
- (II) os fundos de investimento (independentemente da qualificação de seus cotistas) e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos no item (i) acima, conforme disposto no artigo 3º, parágrafo 1º, da Instrução CVM 476;
- (III) não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a subscrição das Debêntures;
- (IV) não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures;
- (V) serão atendidos os clientes Investidores Profissionais do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador Líder com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não sejam clientes do Coordenador Líder, desde que tais investidores sejam Investidores Profissionais, e assinem a Declaração de Investidor Qualificado, nos termos do inciso (vi) abaixo;
- (VI) os Investidores Profissionais deverão assinar "Declaração de Investidor Profissional" atestando, dentre outros, estarem cientes de que (i) a Oferta não foi registrada na CVM, (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na Instrução CVM 476; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e/ou das Garantidoras; e
- (VII) a Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

5.5.3 Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada inclusive pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 ("Instrução CVM nº 539" e "Instrução CVM nº 554", respectivamente) e para fins da Oferta, serão considerados:

- (a) **"Investidores Profissionais"**: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM nº 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes;
- (b) **"Investidores Qualificados"**: (i) os Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM nº 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

5.5.4 Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios serão considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

5.5.5 **Procedimento de Coleta de Intenções de Investimentos (Procedimento de Bookbuilding)**

5.5.5.1 Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, sem recebimento de reservas dos

Investidores Profissionais, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos Investidores Profissionais, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis e taxas de juros ("**Procedimento de Bookbuilding**"), para definição, junto à Emissora dos Juros Remuneratórios.

- 5.5.5.2 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, a ser celebrado anteriormente à 1ª. (primeira) data de integralização das Debêntures, e devidamente inscrito na JUCESP, nos termos da Cláusula 2.3 acima, e sem a necessidade de aprovação societária por parte da Emissora.
- 5.5.5.3 Nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**") e do artigo 5º-A da Instrução CVM 476, será admitida a colocação parcial das Debêntures (considerando-se como totalidades das Debêntures, nesse caso, o volume máximo possível de R\$67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais), nos termos da cláusula 5.4.1 acima), observada a colocação de, no mínimo, 60.500 (sessenta mil e quinhentas) Debêntures ("**Quantidade Mínima da Emissão**"), equivalentes a R\$60.500.000,00 (sessenta milhões e quinhentos mil reais), sendo que o montante total da Oferta variará de acordo com os Juros Remuneratórios definidos em Procedimento de *Bookbuilding*, conforme tabela da Cláusula 5.4.1 acima. As Debêntures efetivamente emitidas após a definição dos Juros Remuneratórios e não distribuídas a investidores serão subscritas e integralizadas pelo Coordenador Líder em virtude do exercício da garantia firme.
- 5.5.5.4 Tendo em vista que a distribuição poderá ser parcial, nos termos do artigo 31 da Instrução CVM 400 e do artigo 5º-A da Instrução CVM 476, o interessado em adquirir Debêntures poderá, no ato da aceitação à Oferta, condicionar sua adesão a que haja distribuição:
- (i) da totalidade das Debêntures objeto da Oferta, sendo que, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento da subscrição das Debêntures, conforme Cláusula 5.10.1 abaixo, os valores deverão ser devolvidos aos investidores pela Emissora, com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes, e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição, observado que, com relação às Debêntures custodiadas na CETIP, tal procedimento será realizado, de acordo com os procedimentos da CETIP e as respectivas Debêntures serão canceladas; ou

- (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta, definida conforme critério do próprio investidor, mas que não poderá ser inferior à Quantidade Mínima da Emissão, podendo o interessado, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade das Debêntures subscritas por tal interessado ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuída e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do interessado em receber a totalidade das Debêntures subscritas por tal interessado, sendo que, se o interessado tiver indicado tal proporção, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento da subscrição das Debêntures, conforme Cláusula 5.10.1 abaixo, os valores deverão ser devolvidos aos investidores pela Emissora, com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes, e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição, observado que, com relação às Debêntures custodiadas na CETIP, tal procedimento será realizado de acordo com os procedimentos da CETIP e as respectivas Debêntures serão canceladas.

5.5.5.5 O investimento nas Debêntures não é adequado aos investidores que:

(i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de debêntures no mercado secundário é restrita.

5.5.5.6 O Valor Total da Emissão e a Quantidade de Debêntures variará de acordo com os Juros Remuneratórios definidos em Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que para cada uma das possibilidades de resultado dos Juros Remuneratórios após o Procedimento de *Bookbuilding*, corresponderá um Valor Total da Emissão e uma Quantidade de Debêntures específica, conforme previsto na tabela da Cláusula 5.4.1 acima.

5.6 Banco Liquidante e Escriturador

- 5.6.1 A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("**Banco Liquidante**", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços de banco liquidante da Emissão).

- 5.6.2 A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("**Escriturador**", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Escriturador na prestação dos serviços de banco escriturador da Emissão). O Escriturador será responsável por realizar a escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas nas normas editadas pela CETIP e instruções editadas pela CVM.
- 5.6.3 O Banco Liquidante e o Escriturador poderão ser substituídos a qualquer tempo, mediante aprovação pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9.1.1 abaixo.

5.7 Valor Nominal Unitário

- 5.7.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**").

5.8 Conversibilidade, Tipo Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures

- 5.8.1 As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, onde serão inscritos os nomes dos respectivos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"). Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem depositadas eletronicamente na CETIP.

5.9 Espécie

- 5.9.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, as Debêntures contarão com a Fiança, nos termos da Cláusula 5.27 abaixo.

5.10 Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

- 5.10.1 O preço de subscrição das Debêntures (i) na primeira data de integralização das Debêntures ("**Data de 1ª Integralização**"), será o Valor Nominal Unitário; e (ii) nas datas de integralização das Debêntures, posteriores à Data de 1ª Integralização, será o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido), calculados *pro rata temporis* desde a Data de 1ª Integralização, em ambos os casos observada a possibilidade de ágio ou deságio ("**Preço de Subscrição**"). A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as regras de liquidação financeira da CETIP, pelo Preço de Subscrição.

5.11 Prazo e Data de Vencimento

- 5.11.1 Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo remanescente de seu respectivo Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios e eventuais Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo), conforme o caso, e em observância à regulamentação aplicável, inclusive o artigo 1º da Resolução CMN 3.947, as Debêntures terão prazo de vigência de 12 (doze) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2028 (**"Data de Vencimento das Debêntures"**).

5.12 Quantidade de Debêntures

- 5.12.1 Serão emitidas até 67.500 (sessenta e sete mil e quinhentas) Debêntures (**"Quantidade de Debêntures"**), tendo em vista que o montante final da Oferta dependerá da definição dos Juros Remuneratórios (conforme definidos abaixo), a ser apurado no Procedimento de *Bookbuilding*, de modo que a Quantidade de Debêntures poderá ser ajustada, por meio de aditamento à presente Escritura de Emissão, considerando o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, observadas as Cláusulas 5.4.1 e 5.5.5.6 acima.

5.13 Atualização Monetária

- 5.13.1 O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (**"IPCA"**), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**"IBGE"**), desde a Data de 1ª Integralização até a data do efetivo pagamento (**"Atualização Monetária"**), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso (**"Valor Nominal Unitário Atualizado"** e **"Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado"**, respectivamente). A Atualização Monetária será calculada conforme a fórmula abaixo:

$$VN_a = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário (valor nominal remanescente após amortização de principal e atualização monetária a cada período), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

C = Fator acumulado das variações mensais do índice utilizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária, sendo "n" um número inteiro;

dup = número de Dias Úteis entre Data de 1ª Integralização ou a última Data de Aniversário (conforme abaixo definida) e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice utilizado, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis entre a última e a próxima Data de Aniversário, sendo "dut" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário. Após a Data de Aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k".

O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

$$\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

Onde:

- (a) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade;
- (c) Considera-se "**Data de Aniversário**" todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente; e
- (d) Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures.

5.13.2 Indisponibilidade do IPCA

- 5.13.2.1 Se até a Data de Aniversário das Debêntures o NIK não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NIK na apuração do Fator "C" um número- índice projetado calculado com base na última projeção disponível divulgada pela ANBIMA ("**Número Índice Projetado**" e "**Projeção**", respectivamente) da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

NI_{kp} = Número Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização;

Onde:

- (a) O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número- índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e
 - (b) O número índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.
- 5.13.2.2 Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial ("**Período de Ausência do IPCA**"), o IPCA deverá ser substituído pelo devido substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, observados a boa fé, a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("**Taxa Substitutiva**"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma variação

produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

- 5.13.2.3 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula anterior, a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e o IPCA, a partir do retorno de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.
- 5.13.2.4 Caso a Taxa Substitutiva venha a acarretar a perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre os Debenturistas e a Emissora, em deliberação realizada em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com os quóruns de instalação e deliberação estabelecidos na Cláusula 9.4.1 adiante, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e na regulamentação aplicável, a totalidade das Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas, de forma automática, nos termos da Cláusula 6.3 abaixo, mediante o pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, e acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de 1ª Integralização, ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definida abaixo), até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada, ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, no endereço constante da Cláusula 11.1.1 desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula 11.1.1 desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.
- 5.13.2.5 Caso o IPCA volte a ser divulgado ou caso venha a ser estabelecido um substituto legal para o IPCA mesmo após a determinação da Taxa Substitutiva, o IPCA voltará, desde o dia de sua divulgação, ou, conforme o caso, o seu substituto legal passará, desde a data em que passe a vigor, a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária, incidindo

retroativamente à Data de Aniversário, do mês imediatamente anterior à sua divulgação, sendo, portanto, dispensada a realização da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre este assunto.

5.14 Juros Remuneratórios das Debêntures:

- 5.14.1 Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados, a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, que será a maior taxa entre (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais, com vencimento em 2024, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>), a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*), acrescida exponencialmente do *spread* de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento), ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis e (ii) 9,00% (nove por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Taxa Teto**"). A Taxa Teto será definida no Dia Útil imediatamente anterior à realização do Procedimento de *Bookbuilding* ("**Juros Remuneratórios**").
- 5.14.2 Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora ratificará os Juros Remuneratórios aplicáveis às Debêntures, bem como a Quantidade de Debêntures emitidas e o Valor Total da Emissão, conforme as Cláusulas 5.4.1 e 5.5.5.6 acima, por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP, sem necessidade de qualquer nova aprovação societária.
- 5.14.3 Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, a partir da Data de 1ª Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNa \times (Fator Juros - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator\ Juros = \left[\left(1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{360}} \right]$$

Onde:

Taxa = taxa a ser informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser apurada na forma da Cláusula 5.14.1 acima;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de 1ª Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

5.14.4 Período de Capitalização

5.14.4.1 Define-se "**Período de Capitalização**" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

5.14.5 Pagamento dos Juros Remuneratórios

5.14.5.1 Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre, no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro, sendo certo que o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios será realizado em 15 de junho de 2018 (data do primeiro pagamento) e o último pagamento realizado na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma dessas datas uma "**Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios**", conforme aplicável). Farão jus ao recebimento dos Juros Remuneratórios aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento de Juros Remuneratórios.

5.15 Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado

- 5.15.1 O Valor Nominal Unitário Atualizado ou o Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, será amortizado em 22 (vinte e duas) parcelas semestrais e consecutivas, observado o prazo de carência de 18 (dezoito) meses, contados da Data de Emissão, sendo a primeira parcela devida em 15 de junho de 2018 e a última na Data de Vencimento das Debêntures, conforme cronograma descrito na tabela a seguir (“**Datas de Amortização das Debêntures**”):

Parcela	Data de Amortização	Proporção do Valor Nominal Unitário a ser amortizado*	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizado**
1.	15/06/2018	0.5000%	0.5000%
2.	15/12/2018	0.5000%	0.5025%
3.	15/06/2019	1.0000%	1.0101%
4.	15/12/2019	1.0000%	1.0204%
5.	15/06/2020	1.7500%	1.8041%
6.	15/12/2020	1.7500%	1.8373%
7.	15/06/2021	2.3750%	2.5401%
8.	15/12/2021	2.3750%	2.6063%
9.	15/06/2022	3.0000%	3.3803%
10.	15/12/2022	3.0000%	3.4985%
11.	15/06/2023	4.0000%	4.8338%
12.	15/12/2023	4.0000%	5.0794%
13.	15/06/2024	5.5000%	7.3579%
14.	15/12/2024	5.5000%	7.9422%
15.	15/06/2025	6.5000%	10.1961%
16.	15/12/2025	6.5000%	11.3537%
17.	15/06/2026	7.2500%	14.2857%
18.	15/12/2026	7.2500%	16.6667%
19.	15/06/2027	8.5000%	23.4483%
20.	15/12/2027	8.5000%	30.6306%
21.	15/06/2028	9.6250%	50.0000%

22.	15/12/2028	9.6250%	100.0000%
-----	------------	---------	-----------

*Percentuais destinados para fins meramente referenciais.

**Percentuais destinados ao cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado.

5.16 Local de Pagamento

- 5.16.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem depositadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede do Banco Liquidante; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

5.17 Prorrogação dos Prazos

- 5.17.1 Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado, domingo, ou dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado e/ou domingo.
- 5.17.2 Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se "**Dia(s) Útil(eis)**" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

5.18 Encargos Moratórios

- 5.18.1 Sem prejuízo da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido calculados *pro rata temporis*; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("**Encargos Moratórios**").

5.19 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

- 5.19.1 O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Atualização Monetária, Juros Remuneratórios ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.20 Repactuação Programada

5.20.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.21 Amortização Extraordinária

5.21.1 As Debêntures não estarão sujeitas a amortização extraordinária pela Emissora.

5.22 Resgate Antecipado Facultativo

5.22.1 As Debêntures não estarão sujeitas à oferta de resgate antecipado ou ao resgate antecipado facultativo pela Emissora, total ou parcial.

5.23 Aquisição Facultativa

5.23.1 Após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto nos incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 12.431, as Debêntures poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula poderão: (i) desde que permitido pela regulamentação aplicável, ser canceladas, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, observado que, até a presente data, o CMN ainda não emitiu regras relativas à possibilidade de aquisição facultativa das Debêntures, para cancelamento; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das demais Debêntures. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento.

5.24 Publicidade

5.24.1 Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Fiadora na rede mundial de computadores (www.alupar.com.br), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais.

- 5.24.2 Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

5.25 Tratamento Tributário

- 5.25.1 As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.
- 5.25.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao seu custodiante, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos, nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431.
- 5.25.3 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 5.25.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador ou pela Emissora.
- 5.25.4 Caso ocorra a perda do benefício tributário previsto na Lei 12.431, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, (A) arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes; ou (B) na hipótese de terem se passado 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, realizar uma Aquisição Facultativa, nos termos da Cláusula 5.23 acima, hipótese em que os Debenturistas que optarem por não aderir à Aquisição Facultativa, deverão arcar com todos os tributos que venham a incidir sobre os rendimentos por eles auferidos.

5.26 Garantias Reais

- 5.26.1 Como garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora na presente Emissão, incluindo, mas sem limitação, (a) as obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado

ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, dos Juros Remuneratórios, dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos), dos demais encargos relativos às Debêntures subscritas e integralizadas e dos demais encargos relativos a esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantias, conforme aplicável, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento das Debêntures, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, conforme aplicável; (b) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora, nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Banco Liquidante, ao Escriturador, à CETIP, ao Agente Fiduciário; e (c) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou realização das Garantias, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a excussão de tais Garantias ("**Valor Garantido**"), nos termos dos respectivos contratos, conforme aplicável ("**Obrigações Garantidas**"), as Debêntures contarão com as seguintes garantias reais:

- (i) penhor, pela Fiadora, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e do BNDES, da totalidade das ações atuais e futuramente detidas, de emissão da Emissora de titularidade da Fiadora ("**Ações da Emissora**"), bem como quaisquer outras ações representativas do capital social, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pelas mesmas, até o pagamento integral das obrigações estabelecidas na presente Escritura de Emissão ("**Penhor das Ações da Emissora**"). Os demais termos e condições do Penhor de Ações da Emissora seguirão previstos no "Contrato de Penhor de Ações nº 15.2.0778.2", a ser celebrado entre a Fiadora, o Agente Fiduciário, o BNDES, com a interveniência anuência da Emissora ("**Contrato de Penhor de Ações**");
- (ii) penhor, pela Emissora, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e do BNDES, de 99,99% (noventa e nove vírgula noventa e nove por cento) das ações atuais e futuramente detidas, de emissão das EDVs e de sua titularidade ("**Ações das EDVs**" e, em conjunto com as Ações da Emissora, "**Ações Empenhadas**"), bem como quaisquer outras ações representativas do capital social, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pelas

mesmas, até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas na presente Escritura de Emissão ("**Penhor das Ações das EDVs**"). Os demais termos e condições do Penhor das Ações das EDVs seguirão previstos no Contrato de Penhor de Ações; e

- (iii) cessão fiduciária **(1)**, pelas EDVs, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e do BNDES ("**Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios EDVs**"): **(a)** dos direitos creditórios provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("**CCEAR's**"), celebrados entre as EDVs e as distribuidoras listadas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; **(b)** os direitos creditórios provenientes do(s) Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs) que vierem a serem celebrado(s), entre as EDVs e a Fiadora, comercializando o montante de energia de 3,2 MW médios; **(c)** os direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas EDVs no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) decorrentes dos Projetos; **(d)** quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos, inclusive aqueles relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; e **(e)** os direitos sobre as "Contas Centralizadoras", as "Contas Reserva de O&M", as "Contas Reservas Especiais SPEs", as "Contas Reserva do Serviço da Dívida Debêntures SPEs", as "Contas Pagamento Debêntures SPEs", definidas e reguladas, nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças Nº 15.2.0778.4", a ser celebrado entre o BNDES, as EDVs, o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco mandatário ("**Banco Mandatário**") e a Emissora, na qualidade de cedente ("**Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**" e, em conjunto com o Contrato de Penhor de Ações, "**Contratos de Garantias**"); e **(2)** pela Emissora **(a)** os direitos sobre a "Conta Reserva Especial da Holding", "Conta Reserva Debêntures Holding", "Conta Pagamento das Debêntures Holding" (conforme abaixo definidas), inclusive os créditos que venham a ser nelas depositados; **(b)** os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados com as EDVs até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas na presente Escritura de Emissão; e **(c)** quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos, inclusive

aqueles relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste ("**Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora**" e, em conjunto com o Penhor de Ações da Emissora, o Penhor de Ações das EDVs e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios EDVs, "**Garantias Reais**"). Os demais termos e condições da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora seguem descritos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

5.26.2 Administração de Contas

5.26.2.1 A Emissora e as EDVs obrigam-se a constituir e manter, conforme o caso, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e do BNDES, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e respectivos aditamentos, até a integral liquidação das Debêntures e dos Contratos de Financiamento com o BNDES:

- (i) contas centralizadoras de titularidade das EDVs, mantidas junto ao Banco Mandatário, não movimentável pelas EDVs e/ou pela Emissora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das EDVs e aditamentos ("**Contas Centralizadoras**");
- (ii) contas reserva de operação e manutenção de titularidade das EDVs, mantida junto ao Banco Mandatário, não movimentável pelas EDVs e/ou pela Emissora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das EDVs e aditamentos ("**Contas Reservas de O&M da EDVs**");
- (iii) contas pagamentos debêntures das EDVs, mantidas junto ao Banco Mandatário, não movimentável pelas EDVs e/ou Emissora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das EDVs e aditamentos ("**Contas Pagamento Debêntures EDVs**");
- (iv) contas reserva do serviço da dívida debêntures das EDVs, mantidas junto ao Banco Mandatário, não movimentável pelas EDVs e/ou Emissora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das EDVs e aditamentos ("**Contas Reserva do Serviço da Dívida Debêntures EDVs**");
- (v) contas reservas especiais de titularidade das EDVs, mantida junto ao Banco Mandatário, não movimentável

pelas EDVs e/ou pela Emissora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das EDVs e aditamentos ("**Contas Reservas Especiais das EDVs**");

- (vi) conta reserva especial titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco Mandatário, não movimentável pela Emissora e/ou pelas EDVs, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora e aditivos ("**Conta Reserva Especial da Emissora**");
- (vii) conta reserva do serviço da dívida debêntures holding de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Mandatário, na qual deverão ser depositados recursos em montante suficiente para o pagamento da próxima prestação a que fazem jus os Debenturistas em razão do pagamento da amortização do Valor Nominal Atualizado e dos Juros Remuneratórios calculados nos termos desta Escritura de Emissão, sendo certo que para o cálculo do montante de recursos necessários ao preenchimento da referida conta utilizar-se-á a projeção do IPCA, correspondente à projeção média de mercado divulgada no boletim "Focus" elaborado pelo Banco Central do Brasil no último Dia Útil do mês imediatamente anterior ao mês de cálculo ("**Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures Holding**"), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; e
- (viii) conta de pagamento debêntures holding de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Mandatário, na qual deverão ser depositados mensalmente recursos em montante equivalente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação a que fazem jus os Debenturistas em razão do pagamento da amortização do Valor Nominal Atualizado e dos Juros Remuneratórios calculados nos termos desta Escritura de Emissão, sendo certo que para o cálculo do montante de recursos necessários ao preenchimento da referida conta utilizar-se-á a projeção do IPCA, correspondente à projeção média de mercado divulgada no boletim "Focus" elaborado pelo Banco Central do Brasil no último Dia Útil do mês imediatamente anterior ao mês de cálculo ("**Conta Pagamento das Debêntures Holding**") nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

5.26.3 **Compartilhamento das Garantias Reais:** As Garantias Reais são constituídas em benefício conjunto com o BNDES e os Debenturistas, representados pelo Agente

Fiduciário, e serão compartilhadas nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor com o BNDES e os Debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, em decorrência do Financiamento BNDES ("**Compartilhamento das Garantias**"). Os demais termos e condições do Compartilhamento das Garantias encontram-se expressamente previstos nos termos do "Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças" a ser celebrado entre o BNDES e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("**Contrato de Compartilhamento das Garantias**").

- 5.26.4 Todas as despesas com o registro dos Contratos de Garantias e do Contrato de Compartilhamento das Garantias, conforme previsto nos respectivos instrumentos, serão de responsabilidade da Emissora.
- 5.26.5 Fica, desde já, certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução de quaisquer Garantias Reais constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.
- 5.26.6 Observado o disposto no Contrato de Compartilhamento das Garantias, nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar as Garantias Reais, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral do Valor Garantido.
- 5.26.7 As Garantias Reais referidas acima serão outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Emissora, pela Fiadora e pelas EDVs, conforme aplicável, vigendo até a integral liquidação do Valor Garantido, nos termos dos Contratos de Garantias, da presente Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos que se fizerem necessários à formalização das Garantias Reais.

5.27 Garantia Fidejussória

- 5.27.1 Em garantia do pontual e integral adimplemento do Valor Garantido (nos termos do art. 822 do Código Civil), a Fiadora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão, conforme os termos e condições abaixo delineados ("**Fiança**" e, em conjunto com as Garantias Reais, "**Garantias**").
- 5.27.2 A Fiadora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora, de forma solidária, do Valor Garantido, desde a Data de Emissão até a data de verificação do pagamento integral do Valor Garantido.
- 5.27.3 O Valor Garantido será pago pela Fiadora, de forma solidária, podendo o Agente Fiduciário exigir o Valor Garantido diretamente da Fiadora, em até 1 (um) Dia Útil contado da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, em qualquer hipótese independentemente de

qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures, resguardado o direito de regresso da Fiadora e observado o disposto abaixo. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ciência da ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão ou quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e, conforme o caso, fora do âmbito da CETIP.

- 5.27.4 Todos e quaisquer pagamentos realizados pela Fiadora em relação às Fianças serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo a Fiadora pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis e serão realizados fora do âmbito da CETIP.
- 5.27.5 A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 837, 838, incisos I e II, e 839, todos do Código Civil, bem como do artigo 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("**Novo Código de Processo Civil**"). Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de se escusar do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
- 5.27.6 A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto do presente item, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, observado o disposto na Cláusula 5.27.7 abaixo.
- 5.27.7 A Fiadora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.
- 5.27.8 A presente Fiança, prestada em caráter irrevogável e irretratável, entra em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, apenas com o pagamento integral do Valor Garantido.
- 5.27.9 A Fiadora, desde já, reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

- 5.27.10 Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da Fiança prevista no item 5.27.1 acima e seguintes desta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.
- 5.27.11 A Fiança poderá ser excutada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.
- 5.27.12 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, a perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto.
- 5.27.13 As despesas com o registro desta Escritura de Emissão nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos serão de responsabilidade da Emissora.

5.28 Conclusão dos Projetos

- 5.28.1 A conclusão dos Projetos se dará com a ocorrência cumulativa das condições, estabelecidas na Cláusula Décima Primeira do Contrato do Financiamento BNDES. A conclusão dos Projetos será formalmente atestada mediante correspondência do BNDES destinada às EDVs ("**Conclusão dos Projetos**").

5.29 Classificação de Risco

- 5.29.1 A Fitch Ratings Brasil Ltda. ("**Agência de Classificação de Risco**") foi contratada como agência de classificação de risco para de riscos (*rating*) da Emissão, atribuindo *rating* preliminar em escala nacional, equivalente de "AA+".

5.30 Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures

- 5.30.1 A Emissora obriga-se a providenciar e enviar ao Agente Fiduciário, previamente à Data de 1ª Integralização das Debêntures:
- (i) 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão devidamente inscrita na JUCESP, nos termos da Cláusula 2.3 acima, e registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.5 acima;
 - (ii) 1 (uma) via original dos Contratos de Garantias e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, conforme aplicável, devidamente registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.6 acima;
 - (iii) 1 (uma) cópia digitalizada das respectivas páginas dos Livros de Registro de Ações de cada EDV e da Emissora, comprovando lavratura


relativa ao Penhor das Ações da Emissora e ao Penhor das Ações das EDVs; e

- (iv) 1 (uma) cópia digitalizada do relatório preliminar de classificação de risco (*rating*) das Debêntures pela Agência de Classificação de Risco, observado o envio do relatório definitivo nos termos do item 7.1.1(k) abaixo.

5.31 Aditamento à presente Escritura de Emissão

- 5.31.1 Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora, pelas Garantidoras, pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e posteriormente inscritos na JUCESP, nos termos da Cláusula 2.3 acima, bem como nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos previstos na Cláusula 2.5.1 acima.
- 5.31.2 As Partes ficam desde já autorizadas e obrigadas a celebrar aditamento à presente Escritura de Emissão, para fins de refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* e, conseqüentemente, o Valor Total da Emissão e a Quantidade de Debêntures finais, sem a necessidade, para tanto, de prévia aprovação societária da Emissora, das EDVs e/ou da Fiadora.

CLÁUSULA SEXTA - VENCIMENTO ANTECIPADO

- 6.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.2 a 6.9 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de 1ª Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo ainda da busca de indenização por perdas e danos que compense integralmente o eventual dano causado pelo inadimplemento da Emissora, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta Cláusula, respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses eventos, um "**Evento de Inadimplemento**"): 

- 6.1.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, aplicando-se o disposto na cláusula 6.3 abaixo:

- (a) não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão, do Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, sem que tal descumprimento seja sanado pela Emissora no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado do respectivo vencimento;

- (b) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora e/ou qualquer uma das EDVs, bem como o requerimento de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência ou qualquer requerimento formulado pela Emissora, independentemente de ter sido obtida homologação judicial ou de falência relativo à Emissora e/ou qualquer uma das EDVs formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, independentemente de ter sido obtida homologação judicial;
- (c) declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento BNDES ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora e/ou por quaisquer das EDVs com o BNDES ou suas subsidiárias;
- (d) transformação da Emissora e/ou da Fiadora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (e) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, pelas EDVs e/ou pela Fiadora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantias, conforme aplicável, sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, em primeira convocação, 90% (noventa por cento) mais uma das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, 90% (noventa por cento) mais uma das Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes, desde que representantes de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, , observado que, em caso de transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros decorrente exclusivamente de alteração do controle acionário ou reorganização societária da Emissora, aplicar-se-á o quórum de deliberação previsto na Cláusula 9.4.1 abaixo, conforme o caso, desde que, nesses casos, eventuais alterações aos Contratos de Garantias sejam feitas única e exclusivamente para fins de modificação das respectivas partes contratantes e não importem em alteração das Garantias descritas nas Cláusulas 5.26 e 5.27 da presente Escritura de Emissão.

6.1.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na cláusula 6.4 a 6.6 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- (a) não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, ou extinção das seguintes autorizações expedidas pelo MME: (i) nº 435, de 19 de julho de 2012, publicada no DOU em 20 de julho de 2012; (ii) 442, de 24 de julho de 2012, publicada no DOU em 26 de julho de 2012; (iii) 431, de 17 de julho de 2012, publicada no DOU em 19 de julho de 2012; (iv)

428, de 16 de julho de 2012, publicada no DOU em 17 de julho de 2012; (v) 433, de 19 de julho de 2012, publicada no DOU em 20 de julho de 2012 (em conjunto, "**Autorizações**"), aprovações, registros e licenças, inclusive as ambientais, e as concedidas pela ANEEL, (a) exigidas para construir, operar e manter o Projeto; ou (b) necessárias para manutenção ininterrupta das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou suas controladas, exceto se: (I) dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos a contar da data da referida não renovação, cancelamento, revogação, extinção ou da data em que a autorização, aprovação, registro ou licença deveria ter sido obtida, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção da referida autorização, aprovação, registro ou licença;

- (b) suspensão ou intervenção das Autorizações, desde que tal suspensão ou intervenção não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido em um prazo de 60 (sessenta) dias contado da emissão da lei, decreto ou ato normativo de natureza similar da autoridade governamental competente declarando a suspensão ou intervenção;
- (c) existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora, por quaisquer das EDVs e/ou pela Fiadora, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, ou crime contra o meio ambiente, sendo certo que a declaração de vencimento antecipado com base no estipulado nesta alínea não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emissora, às EDVs ou à Fiadora, observado o devido processo legal;
- (d) descumprimento pela Emissora, pela Fiadora ou por quaisquer das EDVs, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em até 30 (trinta) dias contados do menor prazo entre (i) data de notificação do Agente Fiduciário neste sentido e (ii) data em que da Emissora, Fiadora ou por quaisquer das EDVs tomarem ciência do descumprimento da obrigação ou em prazo de cura específico previsto nesta Escritura de Emissão;
- (e) sem prejuízo do disposto na alínea (o), concessão de preferência a outros créditos ou assunção de novas dívidas pela Emissora, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quórum previsto na Cláusula 9.4.1 abaixo, e conforme disposto na Cláusula 9.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, ressalvadas as dívidas assumidas em função de obrigações ordinárias do Projeto, tais como, regulatórias regulares junto à ANEEL, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("**CCEE**") e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("**ONS**"), no valor de até

R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), ou seus equivalentes em outras moedas, bem como ressalvadas as exceções expressamente previstas na Cláusula 6.1.2(ee) abaixo;

- (f) sem prejuízo do disposto na alínea (o), concessão de preferência a outros créditos ou assunção de novas dívidas, por quaisquer das EDVs, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quórum previsto na Cláusula 9.4.1 abaixo, e conforme disposto na Cláusula 9.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, ressalvadas: **(i)** as dívidas assumidas em função de obrigações ordinárias do Projeto, tais como, regulatórias regulares junto à ANEEL, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), em montante individual superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e/ou em montante agregado superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais); **(ii)** nova dívida a ser contraída junto ao BNDES pela EDV IV, limitada ao valor máximo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com a finalidade de implementação da linha de transmissão e subestação em 230 kV para conexão na SE Russas II, desde que respeitado o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado da Emissora ("ICSD") consolidado de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos). O ICSD deverá ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas anuais da Emissora referentes ao ano civil anterior, tendo como termo inicial o exercício social de 2017, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo I à presente Escritura de Emissão, devendo constar das referidas demonstrações financeiras opinião conclusiva do auditor acerca da apuração do ICSD; e/ou (iii) as exceções expressamente previstas na alínea (dd) abaixo;
- (g) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora, distribuição, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio, ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos seus acionistas diretos ou indiretos, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou, ainda, a redução de capital da Emissora, independentemente da distribuição de recursos aos seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive sob a forma de cancelamento de AFACs, quando não atingido o ICSD de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), conforme metodologia de cálculo constante do Anexo I à presente Escritura de Emissão;
- (h) sem prejuízo da alínea (f) acima, realização de resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora,

distribuição, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio, ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos seus acionistas diretos ou indiretos, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou, ainda, a redução de capital da Emissora, independentemente da distribuição de recursos aos seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive sob a forma de cancelamento de AFACs quando a Emissora estiver inadimplente com qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantias;

- (i) amortização, resgate ou conversão de ações de emissão das EDVs, ressalvada a amortização, resgate ou conversão de ações, realizada com o objetivo exclusivo de suprir a Emissora de recursos para liquidar obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou BNDES, nos termos do Contrato do Financiamento BNDES;
- (j) redução de capital social da Emissora independentemente da distribuição de recursos aos seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive sob a forma de cancelamento de AFACs;
- (k) declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira assumida junto a quaisquer instituições financeiras: (i) pela Emissora, em montante, individual ou agregado, superior a R\$ R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais); e/ou (ii) por quaisquer das EDVs, em montante individual superior a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e/ou em montante agregado superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) (iii) e/ou pela Fiadora, em montante superior, individual ou agregado, a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seus equivalentes em outras moedas, valores estes a serem devidamente corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão até o respectivo vencimento antecipado, respeitados os respectivos prazos de cura previstos em tais documentos;
- (l) inadimplemento de qualquer obrigação financeira assumida junto a quaisquer instituições financeiras: (i) pela Emissora, em montante, individual ou agregado, superior a R\$ R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais); e/ou (ii) por quaisquer das EDVs, em montante individual superior a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e/ou em montante agregado superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) (iii) e/ou pela Fiadora, em montante superior, individual ou agregado, a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seus equivalentes em outras moedas, valores estes a serem devidamente corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão até o respectivo vencimento

antecipado, respeitados os respectivos prazos de cura previstos em tais documentos;

- (m) protesto de títulos: (a) contra a Emissora, em montante, individual ou agregado, superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais); e/ou (b) contra quaisquer das EDVs, em montante individual superior a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e/ou em montante agregado superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais); (c) e/ou contra a Fiadora, em montante superior, individual ou agregado, a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seus equivalentes em outras moedas, valores estes a serem devidamente corrigidos anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado ao Agente Fiduciário, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados do referido protesto, pela Emissora ou por quaisquer das EDVs, que (i) o protesto foi cancelado ou (ii) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;
- (n) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- (o) se, após a respectiva formalização nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, quaisquer das Garantias tornarem-se ineficazes, inexecutáveis, inválidas, insuficientes ou ocorrer a degradação dos bens dados em garantia aos Debenturistas, conforme previsto nos Contratos de Garantias, bem como ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material tais Garantias ou o cumprimento das disposições contidas nos Contratos de Garantias, desde que não sejam substituídas ou complementadas, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos respectivos Contratos de Garantias;
- (p) constituição pela Emissora, a qualquer tempo, ainda que sob condição suspensiva, de quaisquer garantias reais, ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos acima de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), em valor individual ou agregado, ou, ainda, garantias fidejussórias, em valor individual ou agregado em uma mesma operação superior a R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, valor este a ser devidamente corrigido anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão até a data de constituição do respectivo ônus, salvo (i) se para atividades ordinárias relacionadas aos Projetos; (ii) conforme permitido por esta Escritura de Emissão, inclusive com relação à celebração dos Contratos de Garantia; (iii) para fins de constituição de garantias exigidas pelo BNDES no âmbito do Contrato de Financiamento BNDES, desde que sejam compartilhadas com os Debenturistas; (iv) como garantia de nova dívida a ser contraída junto ao BNDES pela EDV IV, limitada ao valor máximo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme descrita no subitem (ii) alínea

(e), desde que sejam compartilhadas com os Debenturistas ou (v) mediante autorização prévia de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quórum previsto na Cláusula 9.4.1 abaixo, e conforme disposto na Cláusula 9.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;

- (q) constituição pelas EDVs a qualquer tempo, ainda que sob condição suspensiva, de quaisquer garantias reais, ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos acima de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), em valores individualmente considerados, ou acima de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), em valor agregado, ou, ainda, garantias fidejussórias, em valor individual em uma mesma operação superior a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), ou em valor agregado, superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, valor este a ser devidamente corrigido anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão até a data de constituição do respectivo ônus, salvo (i) se para atividades ordinárias relacionadas aos Projetos, (ii) conforme permitido por esta Escritura de Emissão, inclusive com relação à celebração dos Contratos de Garantia; (iii) para fins de constituição de garantias exigidas pelo BNDES no âmbito do Contrato de Financiamento BNDES, desde que sejam compartilhadas com os Debenturistas; (iv) como garantia de nova dívida a ser contraída junto ao BNDES pela EDV IV, limitada ao valor máximo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme descrita no subitem (ii) da alínea (e), desde que sejam compartilhadas com os Debenturistas ou (v) mediante autorização prévia de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quórum previsto na Cláusula 9.4.1 abaixo, e conforme disposto na Cláusula 9.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
- (r) aplicação dos recursos oriundos da Emissão, pela Emissora ou pelas EDVs, em destinação diversa da descrita na Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, sem prejuízo do disposto na cláusula 4.2 acima;
- (s) realização de investimentos pela Emissora e/ou pelas EDVs, conforme o caso em outros empreendimentos, que não os relacionados aos Projetos, ressalvados aqueles vinculados com infraestrutura social da região;
- (t) alteração do objeto social da Emissora e/ou de quaisquer das EDVs, de forma que a atividade da Emissora deixe de ser exclusivamente a de deter participação em empresas de exploração dos Projetos e/ou das EDVs deixe de ser exclusivamente a implantação e a execução dos Projetos;

- (u) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora, pelas EDVs e/ou pela Fiadora nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantias e nos demais documentos da Oferta;
- (v) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, desde que não revertida em até 10 (dez) Dias Úteis;
- (w) abandono parcial e/ou paralisação na execução dos Projetos, em ambos os casos, que possa causar um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido), ou abandono total dos Projetos, ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação ou operação dos Projetos. Para que não restem dúvidas, a não entrada em operação comercial dos Projetos, devido ao atraso da entrada em operação das instalações para acesso ao sistema de transmissão, que não estejam sob responsabilidade das EDVs, não caracteriza paralisação ou abandono, para os fins desta cláusula;
- (x) medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou de quaisquer das EDVs, que não seja suspensão ou revertida em até 60 (sessenta) dias;
- (y) proferimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória ou declaratória, cujos efeitos não tenham sido suspensos ou revertidos no prazo de até 90 (noventa) dias contados da referida decisão contra a Emissora e/ou contra quaisquer das EDVs e/ou contra a Fiadora que impeça a continuidade e/ou a conclusão dos Projetos;
- (z) descumprimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória: (a) contra a Emissora, em montante, individual ou agregado, superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais); e/ou (b) contra quaisquer das EDVs, em montante individual superior a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e/ou em montante agregado superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais); (c) e/ou contra a Fiadora, em montante superior, individual ou agregado, a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), valores estes a serem anualmente corrigido pelo IPCA a partir da Data de Emissão, que impeça a continuidade e/ou a conclusão dos Projetos, sendo certo que não será considerado como descumprimento de decisão, para fins deste item, a interposição de quaisquer recursos processuais aos quais a Emissora, EDVs e/ou Fiadora tenham direito, de acordo com a legislação vigente;

- (aa) não atingimento pela Emissora, durante o prazo de vigência das Debêntures, do ICSD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos. O ICSD deverá ser apurado, anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas anuais da Emissora referentes ao ano civil anterior, tendo como termo inicial o exercício social de 2017, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo I à presente Escritura de Emissão, devendo constar das referidas demonstrações financeiras opinião conclusiva do auditor acerca da apuração do ICSD. Não obstante, o não atingimento do ICSD será desconsiderado para todos os fins deste item caso a Fiadora, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da data da apuração do referido índice, efetue aporte de capital na Emissora, de forma que o aporte e o caixa do exercício social recém encerrado garantam o atingimento do ICSD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), observado o disposto na Cláusula 7.1.1., (a), (vi) abaixo;
- (bb) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Fiadora, bem como o requerimento de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência ou qualquer requerimento formulado por quaisquer da Fiadora independentemente de ter sido obtida a homologação judicial, ou de falência relativo a quaisquer da Fiadora formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, independentemente de ter sido requerida a homologação judicial;
- (cc) constituição pela Emissora, pela Fiadora ou por quaisquer das EDVs sem anuência prévia do BNDES e dos Debenturistas, de penhor ou qualquer outro gravame ou ônus sobre os direitos e bens dados em garantia às obrigações oriundas das Debêntures, ou qualquer outra espécie de cessão ou vinculação sobre os mesmos direitos a terceiros que não os Debenturistas e o BNDES, observado o compartilhamento mencionado na Cláusula 5.26.3 acima, ainda que tal constituição de gravame ou ônus esteja subordinada ao grau existente em favor do BNDES e dos Debenturistas ou sob condição suspensiva;
- (dd) emissão de debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário, pela Emissora e/ou por quaisquer das EDVs, ressalvados eventuais aumentos de capital da Emissora e/ou das EDVs subscritos e integralizados exclusivamente pela Fiadora e/ou pela Emissora;
- (ee) celebração de contratos de mútuo pela Emissora e/ou por quaisquer das EDVs, com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora, incluindo administradores, ressalvados: (i) contratos de mútuo ou AFACs celebrados entre as EDVs, na qualidade de mutuária, e a Emissora, na qualidade de mutuante, para sanar eventual insuficiência

de recursos para pagamento das obrigações devidas, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Financiamento BNDES e/ou para pagamento das despesas operacionais das EDVs; (ii) os contratos de mútuo ou AFACs celebrados entre as EDVs, na qualidade de mutuante, e a Emissora, na qualidade de mutuária, para evitar eventual insuficiência de recursos, inclusive os previstos para serem liberados nos termos do Contrato de Financiamento BNDES e/ou para pagamento das despesas operacionais das EDVs, e/ou (iii) os contratos de mútuo ou AFACs celebrados entre a Emissora, na qualidade de mutuária, e a Fiadora, na qualidade de mutuante;

- (ff) a alteração da finalidade dos Projetos;
- (gg) mudança do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) indireto da Emissora, exceto se mantida a estrutura indireta de pessoas físicas, conforme descrita no formulário de referência da Fiadora elaborado pela Fiadora, nos termos da Instrução CVM 480/09 ("**Formulário de Referência**"), arquivado na CVM na data de assinatura desta Escritura de Emissão;
- (hh) mudança do controle direto da Emissora e/ou de qualquer uma das EDVs (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações);
- (ii) mudança do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Fiadora, exceto se mantida a estrutura indireta de pessoas físicas, conforme descrita no Formulário de Referência da Fiadora arquivado na CVM na data de assinatura desta Escritura de Emissão; e
- (jj) sem prejuízo do disposto na alínea (gg) acima, cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora e/ou de quaisquer das EDVs ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou quaisquer das EDVs, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes por qualquer meio (incluindo, sem limitação, venda ou dação em pagamento), exceto: (i) se previamente autorizado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quórum previsto na Cláusula 9.4.1, e conforme previsto na Cláusula 9.1 e seguintes desta Escritura de Emissão; ou (ii) em caso de operações de fusão, incorporação ou incorporação de ações entre a Emissora e as EDVs, ou entre as EDVs, desde que a Emissora mantenha, no mínimo, a participação de 99% (noventa e nove por cento) do capital social total e votante da EDV em questão.

6.2 A ocorrência de qualquer dos eventos descritos na cláusula 6.1 acima deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora e/ou por quaisquer das

Garantidoras nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos respectivos Contratos de Garantias, em até 5 (cinco) Dias Úteis da sua ocorrência, sendo certo que, com relação a atos judiciais (decisões interlocutórias, sentenças, atos ordinatórios, despachos, etc.) o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis será contado a partir da publicação do ato em questão. O descumprimento deste dever pela Emissora e/ou por quaisquer das Garantidoras não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

- 6.3 A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados na Cláusula 6.1.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, com a consequente declaração, pelo Agente Fiduciário, assim que ciente da ocorrência dos eventos indicados acima, do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigência do pagamento do que for devido, independentemente de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas ou da necessidade de envio de qualquer forma de comunicação ou notificação à Emissora.
- 6.4 Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento, indicados na Cláusula 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 6.5 Na Assembleia Geral de Debenturistas os quóruns de deliberação, inclusive para declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, serão os previstos no item 9.4.1 desta Escritura.
- 6.6 Observado o disposto na Cláusula 9.3 abaixo, na hipótese: (i) de não instalação em segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.4 acima por falta de quórum; (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.5 acima por deliberação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quórum previsto na Cláusula 9.4.1 abaixo; ou (iii) em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, relativa ao vencimento ou não antecipado da Emissão, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, observado o disposto na cláusula 9.4.5 abaixo.
- 6.7 Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, em até 1 (um) Dia Útil comunicação com aviso de recebimento à Emissora ("**Comunicação de Vencimento Antecipado**"), com cópia para o Banco Liquidante, Escriturador e BNDES, informando tal evento, sendo certo que a Emissora deverá encaminhar a Comunicação de Vencimento Antecipado ao BNDES em até 1 (um) Dia Útil contado de seu recebimento, em função do Contrato de Financiamento BNDES e do Contrato de Compartilhamento de

Garantias. A Emissora, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data de recebimento da Comunicação de Vencimento Antecipado, deverá efetuar o pagamento do valor correspondente ao Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, acrescido ainda de Encargos Moratórios, se for o caso, nos termos desta Escritura de Emissão.

- 6.8 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos desta Cláusula Sexta, o Agente Fiduciário deverá comunicar também a CETIP, informando o vencimento antecipado com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data do pagamento.
- 6.9 Não configurará Evento de Inadimplemento nem dará ensejo à necessidade de anuência prévia, seja pelo Agente Fiduciário, seja pela Assembleia Geral de Debenturistas, qualquer alteração no fluxo de pagamentos das EDVs ao BNDES em decorrência de eventual reescalonamento, com ou sem alteração de taxas, incluindo, mas não se limitando, a prorrogação de carência e/ou pagamento de principal da dívida assumida pelas EDVs perante o BNDES, desde que não prejudiquem a capacidade de pagamento das EDVs e permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização e Juros Remuneratórios.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA, DAS EDVS E DA FIADORA

7.1 Obrigações da Emissora

- 7.1.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 7 (sete) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM; (b) relatório específico e conclusivo de apuração do ICSD consolidado, elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, acompanhado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD, conforme metodologia de cálculo prevista no Anexo I a esta Escritura de Emissão, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se

façam necessários; e (c) declaração, assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (w) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (x) não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e inexistência de descumprimento de obrigações perante os Debenturistas; (y) que os bens e ativos da Emissora e das EDVs foram mantidos devidamente assegurados conforme práticas usuais de mercado e (z) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora e das EDVs;

- (ii) em até 7 (sete) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação, qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;
 - (iii) dentro de até 3 (três) Dias Úteis após a sua publicação, notificação da convocação de qualquer assembleia geral, com a data de sua realização cuja ordem do dia inclua de fatos ou atos que afetem os Debenturistas e, tão logo disponíveis, cópias de estas atas;
 - (iv) os dados financeiros relativos ao encerramento de cada exercício social e, quando alterados, os atos societários relacionados à Emissão, e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora de acordo com a definição de controle estabelecida no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, incluindo os fundos de investimento, conforme aplicável, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso (ix) da Cláusula 8.3.1 abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (x) da Cláusula 8.3.1 abaixo;
 - (v) cópia da notificação do BNDES relativa à Conclusão dos Projetos, em até 7 (sete) Dias Úteis do recebimento da referida notificação; e
 - (vi) cópia do comprovante acerca da realização do aporte de capital na Emissora, bem como do atingimento do ICSD, de que trata a Cláusula 6.1.2, alínea (aa) acima, em até 7 (sete) Dias Úteis de sua realização.
- (b) informar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações, inclusive ações judiciais ou procedimentos administrativos que: (i) possam causar um

Efeito Adverso Relevante, definido como a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem, de modo adverso e relevante (a) os Projetos, os negócios, as operações, as propriedades ou os resultados da Emissora e das EDVs, (b) a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantias; ou (c) a capacidade da Emissora e/ou das EDVs, conforme aplicável, em cumprir pontualmente suas obrigações financeiras ou de implantação dos Projetos aqui previstas ("**Efeito Adverso Relevante**"); (ii) faça com que as demonstrações financeiras ou informações financeiras trimestrais da Emissora deixem de refletir, de modo adverso e relevante, a real condição financeira da Emissora;

- (c) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental, trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional, regulatório, ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, impondo sanções ou penalidades acima de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);
- (d) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência, sobre, no âmbito dos Projetos: (i) a ocorrência de dano ambiental; e (ii) a instauração e/ou existência e/ou decisão proferida em processo administrativo ou judicial de natureza ambiental;
- (e) dentro do prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva solicitação: (i) informar ao Agente Fiduciário sobre impactos ambientais dos Projetos e às formas de prevenção e contenção desses impactos; e (ii) disponibilizar cópia de estudos, laudos, relatórios, autorizações, licenças, alvarás, outorgas e suas renovações, suspensões, cancelamentos ou revogações relacionadas aos Projetos;
- (f) manter sob a sua guarda, por 5 (cinco) anos, ou por prazo maior se solicitado pela CVM, todos os documentos e informações relacionados à Oferta;
- (g) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures para negociação e custódia eletrônica na CETIP;
- (h) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Banco Liquidante e Escriturador; (ii) Agente Fiduciário; (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário da CETIP; e (iv) agência de classificação de risco (*rating*) para as Debêntures;
- (i) manter atualizados e em ordem seus livros e atos societários;

- (j) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão;
- (k) obter a classificação de risco (*rating*) preliminar das Debêntures pela Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina e fazer com que o Agente Fiduciário receba a respectiva súmula preliminar de *rating* com, pelo menos, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência ao início da Oferta, nos termos do artigo 7º-A da Instrução CVM 476, e obter a classificação de risco (*rating*) definitiva das Debêntures e fazer com que o Agente Fiduciário receba a respectiva súmula definitiva de *rating* em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de subscrição e integralização das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizar anualmente, a partir da data de emissão do último relatório, até a Data de Vencimento das Debêntures o relatório da classificação de risco elaborado, (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco, (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora e (d) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's América Latina ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco;
- (l) manter as Debêntures com o mesmo grau de senioridade do Contrato de Financiamento BNDES;
- (m) permitir inspeção das obras dos Projetos por parte de representante do Agente Fiduciário, inclusive por terceiros contratados especificamente para este fim, com a aprovação prévia dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os procedimentos, custos, escopo de trabalho e os prazos a serem definidos de comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas, na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas;
- (n) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e

de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;

- (o) cumprir todas as determinações da CVM e da CETIP, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (p) arcar com todos os custos decorrentes (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (ii) de registro e de publicação dos atos societários necessários à realização da Emissão, da Oferta e da constituição das Garantias, nos termos desta Escritura de Emissão; (iii) de registro da presente Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, bem como de seus respectivos aditamentos, nos termos desta Escritura de Emissão, e (iv) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador, do Banco Mandatário e da Agência de Classificação de Risco;
- (q) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (r) manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa fé pela Emissora, nas esferas administrativa ou judicial;
- (s) manter os Projetos enquadrados nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial que possa resultar no desenquadramento dos Projetos como prioritários, nos termos da Lei 12.431, bem como enviar ao Agente Fiduciário declaração firmada por representante legal da Emissora comprovando a utilização dos recursos de acordo com os termos da Lei 12.431 ou qualquer outro documento que possa ser solicitado pelo Agente Fiduciário para fins de acompanhamento da utilização dos recursos nos Projetos;
- (t) obter, manter e conservar em vigor (e, nos casos em que apropriado, renovar de modo tempestivo) todas as autorizações, aprovações, licenças, permissões, alvarás e suas renovações, necessárias à implantação, à operação e ao desenvolvimento dos Projetos, e ao desempenho das suas atividades da Emissora e/ou de quaisquer das EDVs;

- (u) praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, com o propósito de assegurar e manter a plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias, conforme previsto na legislação e/ou regulamentação aplicável;
- (v) preencher e manter os saldos mínimos das contas previstas no contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das EDVs e no contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora, conforme prazos e mecanismos previstos nos referidos contratos;
- (w) convocar, nos termos da Cláusula 9.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (x) observar, durante o período de vigência das Debêntures, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- (y) manter e conservar em bom estado todos os bens da Emissora e/ou de quaisquer das EDVs, incluindo, mas não se limitando a, todas as suas propriedades móveis e imóveis, necessários à consecução dos Projetos e seus objetivos sociais;
- (z) na hipótese da legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias e dos demais instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial possa afetar a capacidade da Emissora e/ou das Garantidoras em cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, deverá informar tal acontecimento ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência, sem prejuízo da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento;
- (aa) caso a Emissora seja citada no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal;
- (bb) manter vigentes as apólices de seguros de forma compatível com os padrões exigidos pelo Contrato de Financiamento BNDES;
- (cc) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

- (dd) não realizar operações fora de seu objeto social, conforme descrito na Cláusula Terceira acima, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor;
- (ee) notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência sobre qualquer ato ou fato que cause interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, que gere um Efeito Adverso Relevante;
- (ff) manter-se em situação regular com relação às suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à CCEE, à ANEEL, ao MME e ao ONS, durante a vigência das Debêntures;
- (gg) manter em vigor a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para viabilizar a operação e funcionamento de suas atividades e das EDVs ou que sejam relevantes de forma que sua invalidade possa afetar a implementação e desenvolvimento dos Projetos;
- (hh) não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da Emissão e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- (ii) observar, cumprir e/ou fazer cumprir de suas controladas e seus administradores, empregados, e exigir de coligadas, agentes, representantes, fornecedores, contratados, subcontratados ou terceiros agindo em seu nome o cumprimento de toda e qualquer lei que trata de corrupção, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos da Lei 6.385, da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986 ("**Lei 7.492**"), da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 ("**Lei 8.317**"), da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 ("**Lei 8.429**"), da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública) ("**Lei 8.666**"), da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 ("**Lei 9.613**"), da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 ("**Lei 12.529**"), e da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("**Lei 12.846**"), devendo (i) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das leis acima, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta; e (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional;

- (jj) notificar o Agente Fiduciário, em até 15 (quinze) dias corridos da data em que tomar ciência, de que ela ou qualquer de suas controladas, ou ainda, qualquer dos respectivos administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento judicial ou administrativo relativos à prática de atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990; nº 8.429, de 2 de junho de 1992; nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública); nº 9.613, de 3 de março de 1998; nº 12.529, de 30 de novembro de 2011; e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo: (a) fornecer cópia de eventuais decisões proferidas nos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos, em que ela ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos; e (b) apresentar ao Agente Fiduciário, assim que disponível, cópia de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais, termos de ajustamento de conduta, acordos de leniência ou afins eventualmente celebrados, em que ela ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos;
- (kk) adotar, e fazer com que as EDVs adotem, durante o período de vigência das Debêntures, as medidas e ações necessárias destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelas EDVs, pela Emissora, e ou subcontratados destas, pela execução dos Projetos;
- (ll) repassar às EDVs, via aumento de capital, nas mesmas condições ou em condições menos onerosas do que as da presente Emissão, os recursos obtidos com a presente Emissão até o 10º (décimo) Dia Útil contado da liquidação financeira da Oferta os quais deverão ser aplicados unicamente na execução dos Projetos, exceto se foram feitas em caráter de reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados aos Projetos;
- (mm) não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital, acima do mínimo legal previsto no parágrafo segundo

do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, salvo se forem integralmente cumpridos os seguintes requisitos: (i) atendimento do ICSD consolidado de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), no exercício anterior; (ii) preenchimento, com os saldos mínimos respectivos, da "Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures" e da "Conta Pagamento das Debêntures", nos termos dos contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das EDVs; e (iii) inexistência de qualquer inadimplemento da Emissora perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão. Quando todo o "Complexo Eólico Energia dos Ventos" entrar em operação comercial, a distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, nos termos desta alínea (mm), estará condicionada ao atendimento do disposto nos subitens de (i) a (iii) acima, e também ao atendimento da geração mínima líquida consolidada (referida no centro de gravidade) de 378,7 GWh no período de 12 (doze) meses anteriores ao mês de apuração;

- (nn) realizar aportes de capital nas EDVs e/ou nos Projetos, ou mútuos, conforme o caso, de forma a cobrir eventual insuficiência de capital necessário à implantação dos Projetos ou para suas atividades ordinárias;
- (oo) oferecer em garantia aos Debenturistas, quaisquer ativos e/ou recebíveis supervenientes dos Projetos, que tenham sido solicitados em garantia pelo BNDES no âmbito do Contrato de Financiamento BNDES;
- (pp) ressarcir os Debenturistas, independentemente de culpa, de qualquer quantia que estes sejam compelidos a pagar em razão de dano ambiental decorrente dos Projetos, bem como a indenizar os Debenturistas por qualquer perda ou dano diretos que estes venham a sofrer em decorrência do referido dano ambiental;
- (qq) cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente de negociação operacionalizado pela CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário;
- (rr) não realizar qualquer alteração no Contrato de Financiamento BNDES que possa: (i) causar alterações nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos das parcelas da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado, dos Juros Remuneratórios e a Atualização Monetária; (ii) afetar a capacidade da

Emissora e/ou das EDVs em cumprir suas obrigações financeiras aqui previstas ou nos Contratos de Garantias, conforme aplicável;

- (ss) constituir o Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretroatável, como seu bastante procurador, por meio de procurações outorgadas nos termos e prazos previstos nos Contratos de Garantias;
- (tt) executar e concluir física e financeiramente os Projetos;
- (uu) arcar com todas as despesas, custos e penalidades impostas pela ANEEL a qualquer tempo, comprovadamente devidos ou questioná-los administrativa e/ou judicialmente;
- (vv) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitada; substituir os direitos creditórios a serem cedidos fiduciariamente, por outros aceitáveis pelos Debenturistas, em até 30 (trinta) dias antes da data de vencimentos dos referidos direitos creditórios, caso o prazo de vencimento de tais direitos creditórios seja inferior ao da vigência das Debêntures;
- (ww) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor, nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, conforme aplicável, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476, a Emissora obriga-se a:
 - (i) preparar as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (ii) submeter as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - (iii) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar na página na Internet da Fiadora (www.alupar.com.br) as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
 - (iv) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima na página na Internet da Fiadora (www.alupar.com.br);
 - (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("**Instrução CVM 358**") no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
 - (vi) divulgar, na página na Internet da Fiadora (www.alupar.com.br), a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme

definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder; e

- (vii) fornecer todas as informações necessárias solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

7.2 Obrigações das EDVs

7.2.1 Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, de que sejam parte, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, as EDVs obrigam-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário, dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em 7 (sete) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas das EDVs relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM;
- (b) manter atualizados e em ordem seus livros e atos societários;
- (c) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;
- (d) caso as EDVs sejam citadas no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, as EDVs, conforme o caso, obrigam-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal;
- (e) manter em vigor a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para viabilizar a operação e funcionamento de suas atividades ou que sejam relevantes de forma que sua não vigência possa afetar de forma significativa a implementação e desenvolvimento dos Projetos;
- (f) oferecer em garantia aos Debenturistas, quaisquer ativos e/ou recebíveis supervenientes dos Projetos, que tenham sido solicitados em garantia pelo BNDES no âmbito do Contrato de Financiamento BNDES;
- (g) comprovar a contratação e quitação do prêmio, até a conclusão dos Projetos, dos seguros previstos no Contrato de Financiamento BNDES nos termos estabelecidos naquele contrato;

- (h) exigir da Weg Equipamentos Elétricos S.A. (i) a apresentação de garantia corporativa (*parent company guarantee*) prestada por sua acionista controladora; ou (ii) fiança bancária de instituição financeira de primeira linha; ou (iii) a contratação de Seguro-Garantia na modalidade de *Performance Bond* com as seguintes condições mínimas: (i) vigência durante todo o período de implantação dos Projetos, até o completo comissionamento do Complexo Eólico Energia dos Ventos, contemplada sua renovação conforme sua periodicidade, devendo o prazo mínimo corresponder a 30 (trinta) dias após a entrada em operação em teste dos Projetos; e (ii) nível mínimo de cobertura de 15% (quinze por cento) do valor dos contratos de fornecimento de aerogeradores;
- (i) apresentar ao Agente Fiduciário, sempre que este ou os Debenturistas assim solicitarem, e em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação, todo e qualquer comprovante do cumprimento das obrigações relativas a alínea (h) acima;
- (j) não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da Emissão e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- (k) observar, cumprir e/ou fazer cumprir de suas controladas e seus administradores, empregados, e exigir de coligadas, agentes, representantes, fornecedores, contratados, subcontratados ou terceiros agindo em seu nome o cumprimento de toda e qualquer lei que trata de corrupção, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos da Lei 6.385, da Lei nº 7.492, da Lei nº 8.137, da Lei nº 8.429, da Lei nº 8.666, da Lei nº 9.613, da Lei nº 12.529 e da Lei nº 12.846, devendo (i) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das leis acima, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta; e (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira;
- (l) notificar o Agente Fiduciário, em até 15 (quinze) dias corridos da data em que tomar ciência, de que ela ou qualquer de suas controladas, ou ainda, qualquer dos respectivos administradores, empregados, agentes,

representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento judicial ou administrativo relativos à prática de atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990; nº 8.429, de 2 de junho de 1992; nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública); nº 9.613, de 3 de março de 1998; nº 12.529, de 30 de novembro de 2011; e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo: (a) fornecer cópia de eventuais decisões proferidas nos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos, em que ela ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos; e (b) apresentar ao Agente Fiduciário, assim que disponível, cópia de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais, termos de ajustamento de conduta, acordos de leniência ou afins eventualmente celebrados, em que ela ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos;

- (m) adotar, durante o período de vigência das Debêntures, as medidas e ações necessárias destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelas EDVs, pela Emissora, pela Fiadora ou subcontratados destas, pela execução dos Projetos;
- (n) manter-se em situação regular com relação às suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), à ANEEL, ao MME e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), durante o período de vigência das Debêntures;
- (o) observar, durante o período de vigência das Debêntures, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- (p) permitir inspeção das obras dos Projetos e dos bens a serem dados em garantia por parte de representantes do Agente Fiduciário, inclusive por terceiros contratados especificamente para este fim, com a aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os procedimentos e os prazos a serem definidos de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário;

- (q) manter e conservar em bom estado todos seus bens necessários à consecução dos Projetos;
- (r) não promover alterações em seus contratos/estatutos sociais de forma que cada EDV mantenha-se, durante toda a vigência da presente Escritura de Emissão, como uma sociedade de propósito específico voltada à finalidade de implementar sua fração nos Projetos, sendo certo que quaisquer outras alterações nos respectivos contratos/estatutos sociais, não vedadas nos termos desta Escritura de Emissão, poderão ser livremente realizadas por cada EDV;
- (s) fazer com que quaisquer direitos emergentes que venha a receber decorrentes de contratos relacionados aos Projetos dos quais cada EDV seja parte sejam cedidos fiduciariamente na presente Emissão, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das EDVs, com exceção daqueles direitos emergentes que já foram cedidos fiduciariamente em garantia em favor dos Debenturistas e sejam depositados nas Contas Centralizadoras, por meio de envio de notificação às contrapartes dos respectivos contratos, sendo que a ciência das contrapartes dos respectivos contratos a respeito de tal obrigação deverá ser comprovada, ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de celebração desta Escritura de Emissão;
- (t) constituir o Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, como seu bastante procurador, por meio de procurações outorgadas nos termos e prazos previstos nos Contratos de Garantias;
- (u) concluir física e financeiramente os Projetos;
- (v) informar ao Agente Fiduciário, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração em suas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou em seus negócios, bem como quaisquer eventos ou situações, fato ou ato, inclusive ações judiciais ou procedimentos administrativos, que: (i) possam causar um Efeito Adverso Relevante; (ii) faça com que suas demonstrações financeiras ou informações financeiras trimestrais deixem de refletir, de modo adverso e relevante, sua real condição financeira ;
- (w) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental, regulatório ou de defesa da concorrência, entre outros, , em relação a qualquer EDV, impondo sanções ou penalidades acima de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);

- (x) preencher e manter, até a total liquidação das Debêntures, os saldos mínimos das contas previstas no contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios EDVs e no contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora, conforme prazos e mecanismos previstos na Cláusula 5.26.2 desta Escritura de Emissão e nos referidos contratos;
- (y) enviar recursos para a Emissora por meio de depósito na Conta Reserva Especial da Emissora, caso seja necessário para cumprir as obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o BNDES, observado os termos previstos nesta Escritura de Emissão, no contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios EDVs e/ou no contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora, e no Contrato de Financiamento BNDES;
- (z) manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa-fé nas esferas administrativas ou judicial;
- (aa) dentro do prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva solicitação: (i) informar ao Agente Fiduciário sobre impactos ambientais dos Projetos e às formas de prevenção e contenção desses impactos; e (ii) disponibilizar cópia de estudos, laudos, relatórios, autorizações, licenças, alvarás, outorgas e suas renovações, suspensões, cancelamentos ou revogações relacionadas aos Projetos;
- (bb) manter os Projetos enquadrados nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial que possa resultar no desenquadramento dos Projetos como prioritários, nos termos da Lei 12.431, bem como enviar ao Agente Fiduciário declaração firmada por representante legal da respectiva EDV comprovando a utilização dos recursos de acordo com os termos da Lei 12.431 ou qualquer outro documento que possa ser solicitado pelo Agente Fiduciário para fins de acompanhamento da utilização dos recursos nos Projetos; e
- (cc) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor.

7.3 Obrigações da Fiadora

7.3.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, de que seja parte, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Fiadora obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar na sua página na internet, dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em 7 (sete) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM;
- (b) fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar na sua página na internet, dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, ou em 7 (sete) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas Informações Trimestrais - ITR relativas ao respectivo trimestre social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM;
- (c) caso haja sobrecusto na obra, prover mediante subscrição e integralização do capital social na Emissora, ou mútuo, em moeda corrente, as insuficiências de recursos necessários à implantação dos Projetos;
- (d) constituir o Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, como seu bastante procurador, por meio de procurações outorgadas nos termos e prazos previstos nos Contratos de Garantias de que seja parte;
- (e) aportar recursos na Emissora, se necessário, para que esta possa garantir o preenchimento do saldo mínimo das contas previstas no contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das EDVs e no contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora;
- (f) não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da Emissão e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- (g) observar, cumprir e/ou fazer cumprir de suas controladas e seus administradores, empregados, e exigir de coligadas, agentes, representantes, fornecedores, contratados, subcontratados ou terceiros

agindo em seu nome o cumprimento de toda e qualquer lei que trata de corrupção, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos da Lei 6.385, da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986 ("**Lei 7.492**"), da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 ("**Lei 8.317**"), da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 ("**Lei 8.429**"), da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública) ("**Lei 8.666**"), da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 ("**Lei 9.613**"), da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 ("**Lei 12.529**"), e da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("**Lei 12.846**"), devendo (i) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das leis acima, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta; e (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional;

- (h) notificar o Agente Fiduciário, em até 15 (quinze) dias corridos da data em que tomar ciência, de que ela ou qualquer de suas controladas, ou ainda, qualquer dos respectivos administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento judicial ou administrativo relativos à prática de atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990; nº 8.429, de 2 de junho de 1992; nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública); nº 9.613, de 3 de março de 1998; nº 12.529, de 30 de novembro de 2011; e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo: (a) fornecer cópia de eventuais decisões proferidas nos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos, em que ela ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos; e (b) apresentar ao Agente Fiduciário, assim que disponível, cópia de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais,

termos de ajustamento de conduta, acordos de leniência ou afins eventualmente celebrados, em que ela ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos;

- (i) informar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Fiadora, bem como quaisquer eventos ou situações, inclusive ações judiciais ou procedimentos administrativos que: (i) possam causar um Efeito Adverso Relevante; (ii) faça com que as demonstrações financeiras ou informações financeiras trimestrais da Fiadora deixem de refletir, de modo adverso e relevante, a real condição financeira da Fiadora;
- (j) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental, trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional, regulatório, ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação a Fiadora, impondo sanções ou penalidades acima de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (k) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência, sobre, no âmbito dos Projetos: (i) a ocorrência de dano ambiental causado pela Fiadora ou terceiros por elas contratados; e (ii) decisão judicial transitada em julgado de natureza ambiental;
- (l) dentro do prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva solicitação: (i) informar ao Agente Fiduciário sobre impactos ambientais dos Projetos e às formas de prevenção e contenção desses impactos; e (ii) disponibilizar cópia de estudos, laudos, relatórios, autorizações, licenças, alvarás, outorgas e suas renovações, suspensões, cancelamentos ou revogações relacionadas aos Projetos;
- (m) permitir inspeção das obras dos Projetos por parte de representante do Agente Fiduciário, inclusive por terceiros contratados especificamente para este fim, com a aprovação prévia dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os procedimentos, escopo de trabalho e os prazos a serem definidos de comum acordo entre a Fiadora e os Debenturistas, na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas;
- (n) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no

Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;

- (o) manter os Projetos enquadrados nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial que possa resultar no desenquadramento dos Projetos como prioritários, nos termos da Lei 12.431, bem como enviar ao Agente Fiduciário declaração firmada por representante legal da Fiadora comprovando a utilização dos recursos de acordo com os termos da Lei 12.431 ou qualquer outro documento que possa ser solicitado pelo Agente Fiduciário para fins de acompanhamento da utilização dos recursos nos Projetos;
- (p) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor; e
- (q) manter-se em situação regular com relação às suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à CCEE, à ANEEL, ao MME e ao ONS, durante a vigência das Debêntures.

CLÁUSULA OITAVA - AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 Nomeação

- 8.1.1 A Emissora neste ato constitui e nomeia a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, as EDVs e a Fiadora.

8.2 Substituição

- 8.2.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá.
- 8.2.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso da alínea (ii) da Cláusula 8.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas,

mediante, convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

- 8.2.3 É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.
- 8.2.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas localidades descritas na Cláusula 2.5 e 2.6 desta Escritura de Emissão.
- 8.2.5 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.
- 8.2.6 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M/FGV.
- 8.2.7 O Agente Fiduciário, se substituído nos termos desta Cláusula 8.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 8.2.8 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos aplicáveis da CVM.

8.3 Deveres

8.3.1 Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (iv) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (v) informar os Debenturistas sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas da Cláusula 6.1 desta Escritura de Emissão;
- (vi) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (vii) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais e das Fiança, observando, ainda, a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e da Fiadora;
- (ix) elaborar o relatório anual, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo:
 - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

- (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relacionados à Oferta;
 - (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (1) denominação da companhia ofertante; (2) valor da emissão; (3) quantidade de debêntures emitidas; (4) espécie; (5) prazo de vencimento das debêntures; (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
 - (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
-
- (x) colocar o relatório de que trata a alínea (ix) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos na sede da Emissora e no seu escritório;
 - (xi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas e itens constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daqueles que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
 - (xii) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que

sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;

- (xiii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xiv) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;
- (xvi) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- (xvii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões constantes de tais informações;
- (xviii) encaminhar aos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser por ele solicitada e/ou recebida;
- (xix) disponibilizar o Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, e os Juros Remuneratórios, calculados pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de sua página na rede mundial de computadores; e
- (xx) tomar todas as providências necessárias para exercício dos direitos e obrigações atribuídas no âmbito desta Escritura de Emissão.

8.4 Atribuições Específicas

- 8.4.1 Observadas as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização

de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto na Cláusula 6.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
- (ii) requerer a falência da Emissora, mediante autorização dos Debenturistas;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (iv) cobrar o pagamento das quantias devidas pela Emissora, Fiadora e/ou pelas EDVs, conforme o caso, no âmbito da Emissão e das Debêntures e executar as Garantias, nos termos previstos nos Contratos de Garantias, aplicando o respectivo produto na amortização ou liquidação integral das Debêntures e das obrigações da Emissora assumidas nesta Escritura de Emissão, respeitados os termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

8.4.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos (i), (ii), (iii) e (iv) da Cláusula 8.4.1 acima, se convocada a Assembleia Geral de Debenturistas e esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no inciso (v), da Cláusula 8.4.1 acima.

8.4.3 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Nona abaixo.

8.4.4 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, a qual permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

- 8.4.5 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que forem deliberadas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("**Instrução CVM 28**"), e alterações posteriores, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.5 Remuneração do Agente Fiduciário

- 8.5.1 Será devido, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcela única de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão, e parcelas anuais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), devidas pela Emissora, sendo a primeira parcela anual devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures.
- 8.5.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.
- 8.5.3 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 8.5.1 acima será atualizada anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços – Mercado ("**IGPM**"), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir do primeiro pagamento até as datas de pagamento subsequentes ou do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata die*, se necessário.
- 8.5.4 Em caso de mora no pagamento da remuneração devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização monetária pelo IGPM, calculada *pro rata die* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.
- 8.5.5 As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: (i) ISS (imposto sobre serviço de qualquer natureza); (ii) PIS (contribuição ao programa de integração social); (iii) COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social); (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir

sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (imposto de renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

- 8.5.6 A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplementos não sanados pela Emissora.

8.6 Despesas

- 8.6.1 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações e envio de documentos, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Debenturista.
- 8.6.2 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem também os gastos comprovados com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante do Debenturista. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência do Debenturista em ações judiciais serão suportadas pelo Debenturista, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento ao Debenturista para cobertura da referida sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário. Também será suportada pelos Debenturistas a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias.
- 8.6.3 O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas aprovadas previamente e/ou reembolsadas pela Emissora caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.
- 8.6.4 O ressarcimento a que se refere a Cláusula 8.6.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos contados da entrega à Emissora vias originais dos

documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, conforme expressamente disposto nas Cláusulas acima.

8.7 Declarações do Agente Fiduciário

8.7.1 O Agente Fiduciário declara:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias;
- (c) conhecer e aceitar integralmente esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias e todas as suas Cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias e a cumprir com suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) que a celebração desta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias e o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (i) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (j) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias tem poderes bastantes para tanto; e
- (k) que, com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea k, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário atualmente atua nas emissões a seguir

identificadas: na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, da Fiadora ("5ª Emissão da Alupar"), para oferta privada em que foram emitidas 300 (trezentas) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo o montante total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com data de vencimento em 30 de maio de 2027, não permitindo repactuação ou conversão. Na data da emissão, as debêntures da 5ª Emissão da Alupar foram garantidas por garantia fidejussória prestada pela Guarupart Participações Ltda., conforme previsto na escritura da 5ª Emissão da Alupar. Até a presente data foi identificado evento de amortização e não foram identificados eventos de resgate, repactuação ou inadimplemento nas emissões descritas acima; (ii) 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos, da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("4ª Emissão da EATE"), com vencimento em 07 de agosto de 2020, em que foram emitidas 15.900 (quinze mil e novecentas) debêntures no valor de R\$ 159.000.000 (cento e cinquenta e nove milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 4ª Emissão da EATE não possuem garantias, conforme previsto na escritura da emissão da EATE; (iii) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos, da ETEP – Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("2ª Emissão da ETEP"), com vencimento em 07 de agosto de 2020, em que foram emitidas 6.900 (seis mil e novecentas) debêntures no valor de R\$ 69.000.000 (sessenta e nove milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 2ª Emissão da ETEP não possuem garantias, conforme previsto na escritura da 2ª emissão da ETEP; (iv) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos, da ENTE – Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("2ª Emissão da ENTE"), com vencimento em 07 de agosto de 2020, em que foram emitidas 24.800 (vinte e quatro mil e oitocentas) debêntures no valor de R\$ 248.000.000 (duzentos e quarenta e oito milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização,

conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 2ª Emissão da ENTE não possuem garantias, conforme previsto na escritura da 2ª emissão da ENTE; (v) 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos, da ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“3ª Emissão da ECTE”), com vencimento em 07 de fevereiro de 2020, em que foram emitidas 7.000 (sete mil) debêntures no valor de R\$70.000.000 (setenta milhões de reais). Até a presente data foi verificado evento de amortização e não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 3ª Emissão da ECTE não possuem garantias, conforme previsto na escritura da 3ª Emissão da ECTE; (vi) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia Transleste de Transmissão S.A. (“1ª Emissão da Transleste”), com vencimento em 07 de agosto de 2020, em que foram emitidas 5.500 (cinco mil e quinhentas) debêntures no valor de R\$ 55.000.000 (cinquenta e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Transleste não possuem garantias, conforme previsto na escritura da 1ª emissão da Transleste; (vii) 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, da Ferreira Gomes Energia S.A. (“3ª Emissão da FGE”), com vencimento em 15 de dezembro de 2027, em que foram emitidas 210.900 (duzentos e dez mil e novecentas) debêntures no valor de R\$ 210.900.000 (duzentos dez milhões e novecentos mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 3ª Emissão da FGE são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Alupar, bem como por penhor de ações representativas do capital social da emissora de titularidade da Alupar, correspondente ao montante de 314.081.528 (trezentas e catorze milhões, oitenta e uma mil, quinhentas e vinte e oito) ações, bem como por cessão fiduciária ao BNDES e ao agente fiduciário, da totalidade dos direitos creditórios que é titular, emergentes, direta ou indiretamente do contrato de concessão, conforme previsto na escritura da 3ª emissão da FGE.

CLÁUSULA NONA - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Disposições Gerais

- 9.1.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia(s) geral(is), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas ("**Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas**"). As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas de forma presencial e, caso venha a ser regulamentado pela CVM, poderão ser alternativamente realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação.
- 9.1.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

9.2 Convocação

- 9.2.1 As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.
- 9.2.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 9.2.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 8 (oito) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 5 (cinco) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.
- 9.2.4 As deliberações tomadas por Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na referida Assembleia Geral de Debenturistas.
- 9.2.5 Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura para convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

9.3 Quórum de Instalação

- 9.3.1 Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a maioria, no

mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum de Debêntures em Circulação.

- 9.3.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação ou deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, "**Debêntures em Circulação**" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) sociedades controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (diretas ou indiretas) da Emissora ou sociedades sob controle comum, e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo) grau.

9.4 Quórum de Deliberação

- 9.4.1 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.4.2 abaixo, ou pelos demais quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, qualquer matéria a ser deliberada pelos Debenturistas deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, em primeira convocação, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes, desde que representantes de, no mínimo, 12,5% (doze e meio por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.
- 9.4.2 Mediante proposta da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, e 90% (noventa por cento) das Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes, desde que representantes de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, em segunda convocação, aprovar qualquer modificação relativa às características das Debêntures que implique alteração: (i) da Atualização Monetária ou dos Juros Remuneratórios, (ii) das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (iii) da Data de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e Datas de Amortização das Debêntures, (v) da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, inclusive sua exclusão; (vi) da alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, (vii) das disposições desta Cláusula, (viii) das Garantias, (ix) criação de evento de repactuação, (x) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; amortizações extraordinárias facultativas, e (xi) da espécie das Debêntures.

- 9.4.3 Caso a Emissora, por qualquer motivo, solicite aos Debenturistas, antes da sua ocorrência, a concessão de renúncia prévia ou perdão temporário (*waiver*): (i) aos Eventos de Inadimplemento que acarretem o vencimento automático das Debêntures descritos na Cláusula 6.1.1, itens (a), (b), (c) e (d) acima, tal solicitação poderá ser aprovada por Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira convocação, e 90% (noventa por cento) das Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes, em segunda convocação, desde que representantes de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação; e (ii) para os demais Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.1.2 desta Escritura de Emissão, tal solicitação poderá ser aprovada pelo quórum geral de deliberação previsto na Cláusula 9.4.1 acima.
- 9.4.4 Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.
- 9.4.5 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar a quaisquer dos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.5 Suspensão e Retomada de Assembleias

- 9.5.1 Instaladas as Assembleias Gerais de Debenturistas, os titulares de, no mínimo, em primeira convocação, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes, desde que representantes de, no mínimo, 12,5% (doze e meio por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, poderão deliberar pela suspensão dos trabalhos, para retomada da respectiva assembleia em data posterior.
- 9.5.2 Em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, as matérias já deliberadas até a suspensão da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas instalada não poderão ser votadas novamente na continuação da referida assembleia, sendo que tais deliberações já tomadas serão, para todos os fins de direito, atos jurídicos perfeitos.
- 9.5.3 As matérias não votadas até a suspensão dos trabalhos não serão consideradas deliberadas e não produzirão efeitos até a data da sua efetiva deliberação.

9.6 Mesa Diretora

- 9.6.1 A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos por Debenturistas presentes (podendo, para tal finalidade, ser eleito o representante do Agente Fiduciário presente a qualquer Assembleia Geral de Debenturistas) ou àqueles que forem designados pela CVM.

CLÁUSULA DÉCIMA - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA, DAS EDVs E DA FIADORA

- 10.1 A Emissora, as EDVs e a Fiadora declaram e garantem, individualmente, conforme aplicável, que:

- (a) A Emissora e as EDVs são sociedades por ações devidamente organizadas, sem registro de companhia aberta perante a CVM, constituídas e existentes de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (b) a Fiadora é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, categoria A, nos termos da Instrução da CVM n.º 480/09, conforme alterada ("**Instrução CVM 480/09**"), de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (c) estão devidamente autorizadas, nos termos da lei e de seus respectivos estatutos sociais, a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias, de que sejam parte, e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) nesta data os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias, de que sejam parte, têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias, de que sejam parte, e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos, bem como a constituição da Fiança, não infringem, nesta data, nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de cada uma das EDVs, exceto por aqueles ônus já existentes nesta data e os ônus decorrentes dos Contratos de Garantias; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (f) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, de que sejam parte, constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, das EDVs e da Fiadora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Novo Código de Processo Civil;
- (g) têm todas as autorizações e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data não foram notificadas acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, exceto para as quais a possuam provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças ou se nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de renovação;
- (h) as ações a serem empenhadas e os direitos creditórios a serem cedidos fiduciariamente existem, são de sua titularidade, estão sob sua posse mansa e pacífica, e estão livres e desembaraçados de qualquer Ônus, exceto pelas (i) Garantias Reais a serem constituídas conforme previsão desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, conforme aplicável, e (ii) os ônus constituídos em favor do BNDES, no âmbito do Contrato de Financiamento BNDES;
- (i) não omitiram nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Efeito Adverso Relevante;
- (j) as demonstrações financeiras da Emissora, de cada uma das EDVs e da Fiadora, datadas de 31 de dezembro de 2015, bem como as Informações Trimestrais – ITR da Fiadora, datadas de 31 de setembro de 2016, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e de cada uma das EDVs nas datas respectivas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e de cada uma das EDVs. Desde a data das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2015, e desde a data das ITR relativas ao período findo em 31 de setembro de 2016, e até a presente data não houve nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora ou as EDVs, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora ou para as EDVs, não houve declaração ou pagamento pela Emissora e/ou pelas EDVs de dividendos, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora ou das EDVs, bem como a Emissora ou cada uma das EDVs não contratou novas dívidas;
- (k) a Emissora é legítima proprietária da totalidade das ações de sua titularidade que compõem o capital social das EDVs, correspondentes à 99,99% (noventa e

nove vírgula noventa e nove por cento) do capital social das EDVs, que se encontram livres e desembaraçadas de todos e quaisquer Ônus ou gravames, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, não tendo sido dadas em garantia, a qualquer título, de qualquer outra dívida assumida previamente à celebração desta Escritura de Emissão, com exceção do penhor constituídos em favor do BNDES no Contrato de Financiamento BNDES;

- (l) a Fiadora é legítima proprietária da totalidade das ações que compõem o capital social da Emissora, que se encontram livres e desembaraçadas de todos e quaisquer Ônus ou gravames, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, não tendo sido dadas em garantia, a qualquer título, de qualquer outra dívida assumida previamente à celebração desta Escritura de Emissão, com exceção do ônus constituídos em favor do BNDES no Contrato de Financiamento BNDES;
- (m) não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, inclusive de natureza ambiental, envolvendo ou que possa afetar a Emissora e/ou as EDVs perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro referentes aos Projetos que possam causar um Efeito Adverso Relevante;
- (n) exceto conforme mencionado na Cláusula 8.7.1, inciso (k), acima, a Emissora não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (o) cumpre a legislação em vigor, em especial a legislação e regulamentação trabalhista, previdenciária e ambiental, de forma que (i) não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) cumpre as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (iv) cumpre a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança do trabalho; (v) detém todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o regular exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; e (vi) possui todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;
- (p) nesta data, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto (i) pelo registro das Debêntures junto aos sistemas de

distribuição, negociação e custódia eletrônica da CETIP, os quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação, (ii) pelo arquivamento, na JUCESP das respectivas atas dos Atos Societários da Emissora e das RCAS das EDVs, bem como pela publicação nos Jornais de Publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iii) pela inscrição desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCESP e seu registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes; (iv) pelo registro dos Contratos de Garantias, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão; e (v) emissão e publicação das Portarias no DOU;

- (q) as informações prestadas até o encerramento da Oferta mediante o envio, pelo Coordenador Líder à CVM do comunicado de encerramento são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os investidores interessados em subscrever ou adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora e das EDVs suas respectivas atividades e situações financeiras, das responsabilidades da Emissora e das EDVs, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos investidores interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
- (r) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (s) cada uma das EDVs cumpre as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais dos Projetos e estão em situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;
- (t) a Emissora e cada uma das EDVs possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos;
- (u) cada uma das EDVs mantém os seus bens e de suas controladas adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado, de acordo com o estágio de desenvolvimento das operações de cada uma das EDVs, e de acordo com as práticas correntes de mercado;
- (v) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA, divulgada pela ANBIMA, e que a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios e da Atualização Monetária foram acordadas por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (w) inexistente descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, em qualquer dos casos, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures;

- (x) está cumprindo as leis, regulamentos e políticas anticorrupção a que está submetida, bem como as determinações e regras emanadas por qualquer órgão ou entidade governamental a que esteja sujeita, que tenham por finalidade o combate ou a mitigação dos riscos relacionados a práticas corruptas, atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos da Lei 6.385, da Lei 7.492, da Lei 8.317, da Lei 8.429, da Lei 8.666, da Lei 9.613, da Lei 12.529, e da Lei 12.846;
- (y) até a presente data, preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o seu conhecimento devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações, sendo certo que todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma por si, ou por suas controladas, ou, ainda, impostas a si ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto em relação àquelas matérias que estejam sendo, de boa-fé, discutidas judicial ou administrativamente pela Emissora ou não afetam o andamento dos Projetos ou a sua operação e não possam causar um Efeito Adverso Relevante;
- (z) os Projetos foram devidamente enquadrados nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritários nos termos das Portarias; e
- (aa) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

10.2 Ficam os declarantes responsáveis por eventuais prejuízos que decorram da inveracidade ou inexatidão destas declarações, sem prejuízo do direito do Agente Fiduciário de declarar vencidas antecipadamente todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula Sexta acima.

CLÁUSULA ONZE - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Comunicações

- 11.1.1** Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Windepar Holding S.A.

Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, conjunto 162, sala E, Vila Olímpia

CEP 04547-006, São Paulo - SP

At.: Sr. José Luiz de Gody Pereira da Silva e Sr. Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho

Telefone: (11) 4571.2400

Correio Eletrônico: jl Luizgp@alupar.com.br e mtosto@tbe.com.br

Para as EDVs:**Energia dos Ventos I S.A.**

Rua Gomes de Carvalho, 15º andar, conjunto 151, sala A

CEP: 04547-006, São Paulo - SP

At.: Sra. Luciane Domingues

Telefone: (11) 4571-2400

Correio Eletrônico: ldomingues@alupar.com.br

Energia dos Ventos II S.A.

Rua Gomes de Carvalho, 15º andar, conjunto 151, sala B

CEP: 04547-006, São Paulo - SP

At.: Sra. Luciane Domingues

Telefone: (11) 4571-2400

Correio Eletrônico: ldomingues@alupar.com.br

Energia dos Ventos III S.A.

Rua Gomes de Carvalho, 15º andar, conjunto 151, sala C

CEP: 04547-006, São Paulo - SP

At.: Sra. Luciane Domingues

Telefone: (11) 4571-2400

Correio Eletrônico: ldomingues@alupar.com.br

Energia dos Ventos IV S.A.

Rua Gomes de Carvalho, 15º andar, conjunto 151, sala D

CEP: 04547-006, São Paulo - SP

At.: Sra. Luciane Domingues

Telefone: (11) 4571-2400

Correio Eletrônico: mbacellar@energiadosventos.com.br

Energia dos Ventos X S.A.

Rua Gomes de Carvalho, 15º andar, conjunto 151, sala E

CEP: 04547-006, São Paulo - SP

At.: Sra. Luciane Domingues

Telefone: (11) 4571-2400

Correio Eletrônico: ldomingues@alupar.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304

CEP: 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante

Itaú Unibanco S.A

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setúbal

04344-902 - São Paulo - SP

At.: Luiz André Negrin Petito

e-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

São Paulo – SP

CEP 04538-132

At.: Luiz André Negrin Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

e-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 - São Paulo, SP

At.: Superintendência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596 ou (11) 2138-1596

Fax: (11) 3115-1559

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Para a Fiadora:

ALUPAR INVESTIMENTO S.A.

Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 16º andar, conjunto 161, Sala A, Vila Olímpia

CEP 04547-006, São Paulo – SP

At.: Sr. José Luiz de Godoy Pereira
Telefone: (11) 4571.2400
Correio Eletrônico: jluijgp@alupar.com.br

11.1.2 As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

11.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

11.2 Renúncia

11.2.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3 Independência das Disposições desta Escritura de Emissão

11.3.1 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.3.2 As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros ou da CETIP, conforme aplicável; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja (a) qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

11.4 Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

11.4.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Novo Código de Processo Civil, reconhecendo as partes, desde já, que independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 814 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

11.5 Cômputo dos Prazos

11.5.1 Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

11.6 Despesas

11.6.1 A Emissora arcará com arcar com todos os custos decorrentes (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (ii) de registro e de publicação dos atos societários necessários à realização da Emissão, da Oferta e da constituição das Garantias, nos termos desta Escritura de Emissão; (iii) de registro da presente Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, bem como de seus respectivos aditamentos, nos termos desta Escritura de Emissão, e (iv) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador, do Banco Mandatário e da Agência de Classificação de Risco;

11.7 Lei Aplicável

11.7.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.8 Foro

11.8.1 Fica eleito o foro da Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

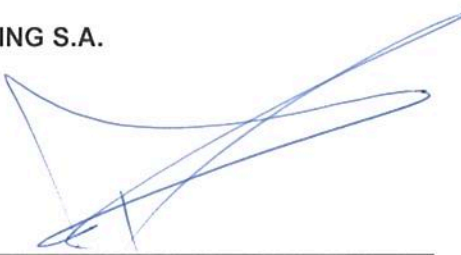
São Paulo, 22 de novembro de 2016.

[REstante da página intencionalmente deixado em branco]

(Página de Assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Windepar Holding S.A.")

WINDEPAR HOLDING S.A.


Nome: _____
Cargo: José Luiz de Godoy Pereira
Diretor


Nome: _____
Cargo: Marcelo Tosto O. Carvalho
Diretor

(Página de Assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Windepar Holding S.A.")

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: Nilsimara Oliveira
Cargo: Kojo Ferreira
Procuradora



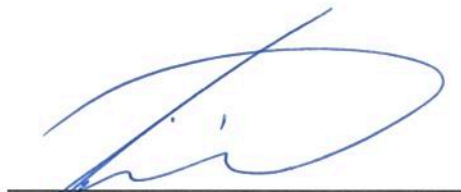
(Página de Assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Windepar Holding S.A.")

ALUPAR INVESTIMENTO S.A.



Nome:

Cargo: José Luiz de Godoy Pereira
Diretor



Nome:

Cargo: Enio Luigi Nucci
Diretor

(Página de Assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Windepar Holding S.A.")

ENERGIA DOS VENTOS I S.A.




Nome: José Roberto da Silva
Cargo: Diretor
Energia dos Ventos

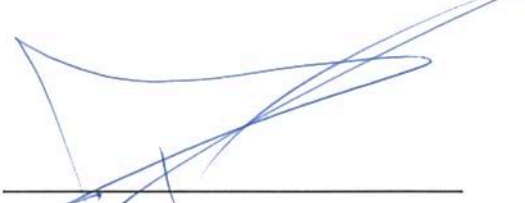
Nome: Marcelo Tosto O. Carvalho
Cargo: Diretor
Energia dos Ventos

(Página de Assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Windepar Holding S.A.")

ENERGIA DOS VENTOS II S.A.



Nome: José Roberto da Silva
Cargo: Diretor
Energia dos Ventos



Nome: Marcelo Tosto O. Carvalho
Cargo: Diretor
Energia dos Ventos

(Página de Assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Windepar Holding S.A.")

ENERGIA DOS VENTOS III S.A.

Nome: José Roberto da Silva
Cargo: Diretor
Energia dos Ventos

Nome: Marcelo Tosto O. Carvalho
Cargo: Diretor
Energia dos Ventos

(Página de Assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Windepar Holding S.A.")

ENERGIA DOS VENTOS IV S.A.

Nome: José Roberto da Silva
Cargo: Diretor
Energia dos Ventos

Nome: Marcelo Tosto O. Carvalho
Cargo: Diretor
Energia dos Ventos

(Página de Assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Windepar Holding S.A.")

ENERGIA DOS VENTOS X S.A.



Nome: José Roberto da Silva
Cargo: Diretor
Energia dos Ventos



Nome: Marcelo Tosto O. Carvalho
Cargo: Diretor
Energia dos Ventos

(Página de Assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Windepar Holding S.A.")

Testemunhas:

Gabriel Monteiro dos Santos
Nome: Gabriel Monteiro dos Santos
CPF: 420.602.808-77

Deunane de Alencar Silva Oliveira
Nome: Deunane de Alencar Silva Oliveira
CPF: 326.278.298-07

ANEXO I AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA WINDEPAR HOLDING S.A.

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO ICSD CONSOLIDADO

ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA CONSOLIDADO

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em um determinado Ano de Referência (ARef) é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade no Ano de Referência somada ao saldo final de Caixa do Ano Anterior pelo Serviço da Dívida do Ano de Referência, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras anuais consolidadas e auditadas da Emissora, a saber:

A) SALDO FINAL DE CAIXA DO ANO ANTERIOR

Caixa Líquido ao final do ano anterior ao ARef – Item Disponibilidades/Aplicações Financeiras do Ativo Circulante e/ou do Ativo Realizável a Longo Prazo das demonstrações financeiras auditadas da Emissora, não considerando os saldos das Contas Reservas do Serviço da Dívida do BNDES, Contas Reservas do Serviço da Dívida das Debêntures bem como das Contas Reservas de O&M, mas considerando os saldos existentes depositados na “Conta Reserva Especial da Emissora” e nas Contas Reservas Especiais das EDVs, de titularidade de cada uma das EDVs.

B) GERAÇÃO DE CAIXA DA ATIVIDADE NO ARef

(+) EBITDA AJUSTADO do ARef, calculado de acordo com o item (E)

(-) Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro apurada no exercício, líquidos de diferimentos¹, excluindo-se a Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrente das Receitas Financeiras

(-) Distribuição de capital a qualquer título² prevista para o Ano Seguinte ao ARef

C) SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef³

(+) Somatório das parcelas dos 12 meses de Pagamento de Amortização de Principal realizada no Aref exceto a referente ao “Subcrédito Social”

¹ Se os valores de Imposto de Renda e de Contribuição Social registrados como despesa no exercício corrente for inferior ao Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro diferidos, este resultado não deve ser considerado no cálculo do ICSD

² Sob forma de dividendos, juros sobre capital próprio, amortização ou juros de dívida subordinada ou redução de capital ou devolução de adiantamento para futuro aumento de capital.

³ Dívida onerosa total.

(+) Somatório das parcelas dos 12 meses de Pagamento de Juros no ARef exceto os referentes ao "Subcrédito Social"

D) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef

(A) + (B) / (C)

E) EBITDA CONSOLIDADO⁴ AJUSTADO DO COMPLEXO EÓLICO NO ARef

(+) Lucro Líquido

(- ou +) Despesas Financeiras e Receitas Financeiras Líquidas

(+) Provisão para IR e CS

(- ou +) Resultado de Itens não Recorrentes após tributos

(+) Depreciação, Amortização, Exaustão



⁴ Todas as parcelas para o cálculo do EBITDA AJUSTADO são referentes às demonstrações financeiras do Ano de Referência (ARef). O cálculo do EBITDA AJUSTADO deve respeitar os preceitos da Instrução CVM nº 527 de 04/10/2012 emitida pela CVM.